

humanidades



UnB

Referência ao Plano Orientador
da Universidade de Brasília

Antonio Candido:
a ousadia da dialética
literatura e sociedade

Noam Chomsky:
um intelectual orgânico

Nº 61 | MARÇO 2018
ISSN 0102.9479

humanidades

UnB 
CIÊNCIA E OUSADIA 

Número 61 | Março 2018
Referência ao Plano Orientador
da Universidade de Brasília
ISSN 0102.9479

 **Universidade de Brasília**

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enríque Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

humanidades

Editora Germana Henriques Pereira

Revisão Ana Alethéa Osório
Denise Pimenta de Oliveira
Talita Guimarães Sales Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Editores Universidade de Brasília
SCS Quadra 2, bloco C, nº 78, Ed. OK, 2º andar
CEP 70.302-907 - Brasília-DF
tel.: +55 (61) 3035-4235/4224

www.editora.unb.br

Os artigos publicados são de responsabilidade de seus autores



Editorial

Márcia Abrahão

Reitora da Universidade de Brasília

Compromisso com a cidadania

A missão transformadora de uma universidade pública só se concretiza quando sua atuação é pautada pelo exercício da cidadania, com o respeito à dignidade humana como princípio norteador de projetos e ações – tanto em âmbito acadêmico quanto administrativo. Nesse contexto, é um privilégio contar com uma publicação como a revista Humanidades, que, há mais de três décadas, acompanha a Universidade de Brasília, não só em suas formulações teóricas, mas também no registro de sua história.

A publicação e a difusão de Humanidades são bastante oportunas, tendo em vista o protagonismo histórico da UnB e o momento que vivemos atualmente, no qual as universidades públicas são interpeladas quanto ao seu papel social. Precisamos demonstrar a importância de nossas pesquisas, ações, projetos, reflexões e a qualidade da formação que oferecemos a estudantes de graduação e pós-graduação, orientada para a cidadania e para a construção de respostas aos desafios contemporâneos.

Desde a sua fundação, a UnB sempre se destacou, não apenas por sua qualidade acadêmica, mas também por seus posicionamentos e por sua coragem na defesa da liberdade de expressão e opinião, valores fundamentais para a construção do saber. Ao longo dos anos, a UnB seguiu, com ousadia e inovação, expandindo suas fronteiras de atuação, chegando a outras cidades do Distrito Federal e democratizando o acesso ao ensino superior – se tornando, portanto, um importante agente das mudanças que a nossa sociedade tanto precisa.

A UnB foi protagonista na implantação de uma política de cotas para negros e de um vestibular específico para indígenas. Tais medidas, bem como a expansão para além do Plano Piloto, transformaram de forma definitiva o perfil discente. No segundo semestre de 2017, mais da metade dos alunos se declarou negra (50,6%); há cinco anos, esse percentual era de 42,3%. Em 2018, teremos 46% de discentes que concluíram o ensino médio na rede pública de ensino e uma nova turma de ingressantes pelo vestibular indígena – paralisado havia quatro anos.

Simultaneamente a essas políticas, recebemos novos servidores – professores e técnicos-administrativos – que deram novo fôlego à nossa comunidade. São profissionais das mais diversas áreas, com quem contamos para dar continuidade ao projeto dos idealizadores da Universidade, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

Também estamos empreendendo esforços para reorganizar processos e aprimorar sistemas de gestão, de forma a dar, cada vez mais, melhores condições para que a UnB cumpra com a sua missão institucional: o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade, sempre pautados pelo respeito ao outro.

Esta edição de Humanidades recorda os anos iniciais da UnB, quando muitos dos ideais que nos guiam até hoje foram gestados. Textos da época da inauguração e textos atuais, elaborados em comemoração aos 55 anos da UnB, se unem para rememorar um ambiente que segue propiciando a livre criação intelectual. Completam esta edição dois artigos inéditos de professores da UnB: um sobre a literatura de Antonio Candido e outro acerca das proposições do linguista Noam Chomsky quanto às características e o papel social dos intelectuais na atualidade.

Boa leitura!

sumário



UnB 55 ANOS

Construindo com ousadia a igualdade e a diferença

Germana Henriques Pereira

9

Ciência e ousadia

Isaac Roitman

17

Cotidiano e vivência de um docente

Aldo Paviani

25

PLANO ORIENTADOR:

Trechos do Programa Básico da Universidade de Brasília

Universidade e desenvolvimento

39

**Uma universidade nova, na nova capital,
para um novo Brasil**

42

Por que criar uma universidade em Brasília?

46

A estrutura da Universidade de Brasília

48

A MISSÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

As palavras de:

João Goulart

Palavras do presidente da República ao sancionar a lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília

53

Antônio de Oliveira Brito

Marcos do discurso do ministro da Educação e Cultura

55

Darcy Ribeiro

58

ARTIGOS

**Antonio Candido: a ousadia da dialética
literatura e sociedade**

Alexandre Pilati

65

Noam Chomsky: um intelectual orgânico

Rozana Reigota Naves

69

2920



UnB 55
CIÊNCIA E OUSADIA





Construindo com ousadia a igualdade e a diferença

Germana Henriques Pereira

Para compreender a trajetória educacional e democrática da Universidade de Brasília, sem dúvida uma das mais renomadas instituições de ensino do país, é preciso ir ao princípio norteador de sua criação, amparado nos ideais de educação para a liberdade. Os conflitos, as resistências, as lutas e as parcerias foram necessárias em torno do compromisso de instalar na nova cidade-capital uma universidade, a qual pudesse provocar o debate acerca da estrutura obsoleta em que se encontravam as universidades brasileiras naquele período, sob orientação católica conservadora. “Uma universidade capaz de dominar todo o saber humano e de colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional”, como defendia Darcy Ribeiro.¹

Por essa época, a ousadia já era marca predominante dessa Universidade que se pretendeu moderna e assim permanece até os dias de hoje. A proposição de uma “universidade de utopia” estava nas mãos do agitado Darcy Ribeiro, com seu pensamento inquieto, que provocou uma ruptura na ordem e no tempo. Adesões e oposições à proposta de Darcy Ribeiro vieram com a mesma intensidade. “Foram crescendo, porém, as ondas de apoio, que vinham sobretudo dos grandes cientistas brasileiros, que se juntavam na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência”,² recorda ele.

Dono de uma personalidade irreverente, Darcy Ribeiro era um homem de ideias e ideais bem definidos. E lutou para colocar em prática tudo aquilo que defendeu. Foi assim com o projeto inovador de criação da UnB. Seu poder de convencimento e sua determinação garantiram ao projeto sua existência real. As perspectivas que se abriram foram libertadoras. Brasília iria sediar, sim, uma universidade democrática e plural, a despeito dos que achavam que a nova capital deveria estar livre de badernas estudantis e de greves de operários.

Foi graças a sua capacidade de sonhar grande que o intempestivo Darcy conseguiu que, em 1960, na inauguração de Brasília, o presidente

¹ Carta: falas, reflexões, memória. Informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro, n. 1. Brasília: Senado Federal, 1991.

² Idem.

Juscelino Kubitschek enviase ao Congresso Nacional Mensagem Presidencial solicitando a criação da UnB, que só seria aprovada, no ano seguinte, pela Câmara dos Deputados. Outra batalha na ordem dos dias, e Darcy, em seu périplo pelo Senado, finalmente conseguiu que, em 15 de dezembro de 1961, fosse aprovado o decreto do presidente João Goulart, criando a UnB. Tornou-se seu primeiro reitor. Foi assim que “a UnB floresceu, capacitando-se rapidamente para dominar o saber humano e colocá-lo a serviço do diagnóstico das causas de nosso atraso e da busca das melhores soluções para o desenvolvimento autônomo do Brasil. Anísio e eu a conduzíamos, felizes e orgulhosos, com a ajuda de Frei Mateus”.³

Entretanto, em 1964, o duro golpe militar que atingiu o país e suas instituições civis e democráticas interrompe o sonho de Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Paulo Freire e tantos outros intelectuais preocupados com uma educação libertadora. A UnB e seus estudantes lutam para manter a integridade da instituição. A resistência se faz à opressão covarde que se abateu sobre a Universidade, uma das principais vítimas do regime totalitário. Sobre a firmeza de propósitos dos estudantes, servidores e professores na defesa da Universidade e em busca do sentido libertário da cidadania, Darcy Ribeiro constata: “Esses milicos até que têm razão. A UnB é isso mesmo: subversiva. Nasceu para subverter, para espantar a burrice para longe”.⁴

E assim foi! Mais de cinco décadas depois da criação da Universidade de Brasília, o reflexo da luta da comunidade acadêmica segue sendo referência para os dias de hoje para “espantar a burrice para longe”. A luta por liberdade e por direitos civis é o que dá significado aos paradigmas que marcaram a construção da UnB na sua legitimidade recuperada, após o triste período de obscuridade e do esfacelamento do Estado Democrático de Direito, marca indelével dos regimes totalitários, quando se abole radicalmente a liberdade e recorre-se ao terror, “pois é preciso dominar os seres humanos até o ponto em que eles percam, junto com sua espontaneidade, também a imprevisibilidade especificamente humana do pensamento e da ação”, como bem define Hannah Arendt.⁵ O terror constitui-se no elemento pelo qual se elimina pela raiz a liberdade humana.

Recuperada, quando se rompe o ciclo de intervenções militares e perseguições políticas no *campus*, a UnB está “experimentando progresso imenso e retomando seus ideais, principalmente o de ser fiel aos padrões internacionais de saber, além de não fazer doutor de mentira”,⁶ comemora Darcy Ribeiro. A partir de 1985, outra história começa a ser escrita, mas ainda sob a ousadia e o espírito inovador de Darcy.

Uma grande tarefa, sem dúvida, coube aos que vieram em seguida a contribuir para a compreensão da especificidade de cada fenômeno que engendrou a construção dessa Universidade ímpar e a dar-lhe seguimento de acordo com os seus propósitos originais, buscando novos caminhos para a pluralidade de suas ações, que vão permitir que se realizem de fato os desígnios de uma universidade predestinada a fazer progredir o pensamento, o avanço técnico e os direitos iguais para todos.

³ *Jornal da UnB*, 1997.

⁴ *Idem*.

⁵ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁶ *Jornal da UnB*, 1997.







Prédio da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Face),
parte do Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições
Federais de Ensino Superior (Reuni)

“ [...] as cotas raciais e sociais democratizaram o acesso ao ensino superior, corrigindo erros do passado e assinalando referências novas na prática de inclusão social. Hoje, na UnB, metade dos ingressantes são oriundos de escolas públicas, revertendo um cenário antigo de privilégios.”

Não há interpretações simples para o que vem a seguir, pois sabidamente a UnB continua revolucionando o ensino no Brasil. Ao lado de motivos de ordem racional e da análise objetiva, temos a motivação subjetiva dos muitos sujeitos que determinaram o engajamento da UnB entre as melhores universidades públicas e democráticas do país.

Não é de se espantar então, após cinco décadas, que a UnB tenha obtido tantas conquistas e desempenhado tão bem seu papel educacional que oferece uma perspectiva transformadora da sociedade. Entre muitas conquistas, acreditamos que a principal e a que lhe dá mais relevância é a pluralidade que abraçou e permitiu, como território do saber, ao longo desses anos, transformar o universo cultural com o ingresso de estudantes de parcelas ditas minoritárias da sociedade.

Diversas foram as modalidades que permitiram que jovens de classes menos abastadas, negros e negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, camponesas e camponeses exercessem o direito de estudar assegurado pela Constituição. Assim, as cotas raciais e sociais democratizaram o acesso ao ensino superior, corrigindo erros do passado e assinalando referências novas na prática de inclusão social. Hoje, na UnB, metade dos ingressantes são oriundos de escolas públicas, revertendo um cenário antigo de privilégios. A partir deste ano, a instituição também vai acolher servidores do Governo de Brasília em curso de mestrado profissional em Economia, com ênfase em gestão econômica e finanças públicas.

Entre as inovações de ingresso, além das cotas, do Enem e do Programa de Avaliação Seriada (PAS), o Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (Reuni) também permitiu que a Universidade ampliasse a oferta de vagas, instituindo novos *campi* e novos cursos. O Reuni, coordenado na época pela atual reitora Márcia Abrahão, provocou uma revolução. O projeto permitiu a redução das taxas de evasão; a ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; o aumento do número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; a diversificação dos cursos de graduação, por meio da flexibilização dos currículos, da educação a distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e dos bacharelados interdisciplinares; a criação de um novo sistema de títulos; a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%; e o estímulo à mobilidade estudantil entre as instituições de ensino pelo Acordo de Metas, pactuado entre as Ifes e o MEC.

Esse projeto pode ser considerado como uma força social em defesa da democracia pela igualdade de oportunidades que ele proporciona, ampliando o sistema educacional público, ofertado a todas as classes sociais. É preciso não perder de vista sua importância na reflexão que se faz necessária sobre o papel que a Universidade tem a desempenhar, garantindo a qualidade do ensino, com capacidade de proporcionar que novos sujeitos possam estar aptos à responsabilidade de se tornarem cidadãos críticos, criativos e generosos para que a esperança e a dignidade encontrem seu lugar no mundo conflitante que estamos vivendo.

Mas essa não é toda a história da Universidade de Brasília, pois, de acordo com Walter Benjamin, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’”.⁷ Entretanto, podemos

⁷ BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 224-225.



dizer que, com a crença na transformação do mundo por intermédio da cultura, a UnB, ao longo de sua existência, provocou e provoca o debate crítico da realidade social, política e histórica do Brasil, acompanhando suas conjunturas, sem se descuidar de seu papel de formadora.

Evidente que, diante do cenário atual, de crise e de fechamento de expectativas políticas e culturais, a Universidade se vê mais uma vez obrigada a se ajustar às novas exigências. É apenas mais um novo ciclo que se inicia, no qual terá que se reinventar, mais uma vez, para os desafios que despontam diante de uma enorme crise de contingenciamento de verbas com prejuízos incalculáveis à pesquisa, à ciência e à tecnologia. Contudo, essa crise aponta para o desafio ético que o Brasil enfrenta, inclusive no que diz respeito à manutenção das universidades públicas e gratuitas. Há um discurso desarticulador, espetaculoso e inconsequente a respeito das instituições de ensino superior e o seu papel na sociedade brasileira. Tudo sublinha um disfarce para uma crise de referências éticas e ideológicas a corroer o Estado Democrático de Direito, relativizando a importância das universidades públicas para o desenvolvimento do país, com o intuito claro de privatizá-las. Portanto, não há neutralidade na forma de combater os descaminhos e peripécias anticonstitucionais que prometem inviabilizar o ensino público e gratuito. A UnB, como faz notar a sua origem de ousadia e como espaço do conhecimento, das reflexões, da criatividade e da inovação, escolhe o lado certo da história e prossegue em sua luta, com respeito, solidariedade e compromisso, para fortalecer a democracia e para recuperar a normalidade institucional, política e social do país.

Novos alunos realizam o pré-registro acadêmico no campus da Ceilândia (FCE)



Ciência e ousadia

Pronunciamento feito na sessão solene do Senado Federal, em celebração aos 55 anos da UnB, no dia 27 de abril de 2017

Isaac Roitman

No dia 15 de dezembro de 1961, o então presidente da República, João Goulart, sancionou a Lei nº 3.998, que autorizou a criação da Universidade de Brasília.

No dia 21 de abril de 1962, a UnB foi inaugurada em cerimônia épica realizada no Auditório Dois Candangos. A inauguração assemelhou-se à construção da capital federal. Quase tudo era canteiro de obras, poucos prédios estavam prontos. A finalização do Auditório Dois Candangos foi concluída 20 minutos antes do início do evento. O nome do espaço homenageia os pedreiros Expedito Xavier Gomes e Gedelmar Marques, que morreram soterrados em um acidente durante as obras.

A Universidade de Brasília foi fundada com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país.

A criação da UnB brotou do cruzamento de mentes geniais que poderíamos chamar de um trio de ouro: Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Oscar Niemeyer. Darcy definiu as bases da nova Universidade, Anísio planejou o modelo pedagógico e Oscar transformou as ideias em arquitetura contemporânea.

Antes de sua implantação, a UnB teve uma pré-história que merece ser registrada. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foram encarregados por Juscelino Kubitschek de organizar o plano educacional de Brasília. A necessidade de uma nova estrutura universitária capaz de dominar todo o saber humano e colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional foi a semente plantada no Planalto Central que floresceu e deu origem à UnB. Houve oposição de alguns setores que não queriam ter na capital as chamadas badernas estudantis. Esse argumento foi neutralizado por lideranças como Cyro dos Anjos e Victor Nunes Leal e por várias entidades, sobretudo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A primeira proposta foi implementar uma universidade católica, que evoluiu para a criação de uma universidade federal. Como citado no livro *UnB, invenção e descaminhos*, de autoria de Darcy Ribeiro: “A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsabilmente, não como uma empresa, mas como um serviço público autônomo”.

A experiência inovadora teve vida curta: 3 anos e 6 meses. Em outubro de 1965, em ato de solidariedade à demissão arbitrária de 29 docentes, 223 professores se demitiram, interrompendo os sonhos de seus criadores. A epopeia dos primeiros anos e a crise foram relatadas pelo então coordenador geral dos Institutos Centrais de Ciências e Tecnologia, Roberto Salmeron, no livro que se tornou um clássico na história da UnB: *A Universidade interrompida: Brasília 1964-1965*.

Lentamente, nos dez anos que se seguiram (1965-1975), a UnB foi repovoada por professores que criaram e consolidaram excelentes núcleos de ensino, pesquisa e extensão em várias áreas de conhecimento. Nessa fase de reconstrução a UnB teve de conviver com as atrocidades do regime militar, destacando-se o assassinato do líder estudantil Honestino Monteiro Guimarães e a invasão de 1968, registrada no épico documentário de Vladimir Carvalho, *Barra 68*.

A reconstrução da UnB foi consolidada após o término do regime militar. Nessa reconstrução é pertinente lembrar os reitores que estiveram à frente da UnB a partir de 1985: Cristovam Buarque, João Claudio Todorov, Antônio Ibanez Ruiz, Lauro Morhy, Timothy Mulholland, Roberto Ramos Aguiar, José Geraldo de Sousa Junior e Ivan Marques de Toledo Camargo. Atualmente a UnB está sob o comando da reitora Márcia Abrahão Moura e do vice-reitor Enrique Huelva Unternbäumen. A comunidade acadêmica da UnB conta hoje com mais de 40 mil estudantes, 2.600 professores e 3.200 servidores técnico-administrativos. A Universidade oferece 73 cursos de graduação presenciais nos seus quatro *campi* (*Campus* Darcy Ribeiro, Ceilândia, Gama e Planaltina) e oferece também nove cursos de graduação a distância. Na pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados), são ofertados 201 cursos. A Universidade tem uma longa tradição nas atividades de extensão, destacando-se a Semana Universitária, realizada anualmente, e tem fortalecido suas atividades de pesquisa, com considerável produção científica e um consolidado programa de iniciação científica. Além disso, seis Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia são coordenados por pesquisadores da UnB.

Uma das principais missões da UnB é a conquista da qualidade plena, que a coloque entre as principais universidades do planeta. Além disso, ela deve ser um modelo de universidade inclusiva. Para isso, deve se tornar uma instituição inovadora, redefinindo o papel dos professores, para que a aprendizagem seja prazerosa, e fazendo com que o estudante motivado seja o grande protagonista de seu aprendizado, como pregava o nosso grande mestre Paulo Freire. As atividades no ensino e na extensão devem ser mais valorizadas para que haja uma simetria entre os três pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Na história da Universidade várias iniciativas inovadoras merecem ser lembradas. Uma delas foi o pioneirismo na política de ações afirmativas, com a implantação de cotas para negros e índios em 2004. Essa iniciativa foi adotada posteriormente por outras universidades federais e foi inspiradora para a Lei nº 12.711 de 2012, que garante a reserva de vagas em Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a alunos oriundos do ensino médio integralmente público.

Outra iniciativa que merece registro é a criação do Centro Integrado de Ensino Médio (Ciem). Era uma escola aberta a experiências pedagógicas, as mais avançadas, com o ensino voltado para o desenvolvimento da criatividade e do pensamento. Nela se fundamentou uma educação para a autonomia do pensamento e para o desenvolvimento da inteligência criativa, permitindo a construção da individualidade com base na liber-

“Uma das principais missões da UnB é a conquista da qualidade plena, que a coloque entre as principais universidades do planeta.”

dade com responsabilidade e na aquisição de valores essenciais compatíveis com a grandeza do ser humano, em um contexto criado para que os educadores, com as potencialidades inerentes a cada um, pudessem responder, a seu modo, aos desafios que lhes eram propostos.

Gostaria também de destacar a criação, em 2009, da Revista *Darcy* – de divulgação cultural e científica –, que está sendo relançada nas celebrações dos 55 anos da UnB. Rendo minhas homenagens aos editores responsáveis pelas 15 edições da revista: Luiz Gonzaga Mota, Ana Beatriz Magno, José Negreiros, Érica Montenegro e Paulo Paniago. Essa revista tem sido utilizada como conteúdo do ensino médio nas escolas de Brasília e tem sido um laboratório para a formação de jornalistas especialistas em divulgação científica. Parabéns pelo relançamento da revista, reitora Márcia Abrahão Moura e secretário de comunicação, Sérgio de Sá.

Um grande desafio para a UnB, como também para as outras universidades públicas brasileiras, é ser protagonista na conquista da qualidade do ensino básico. Uma missão prioritária será a de formar o que chamo de “novo professor do ensino básico”. Sua missão não será a de depositar o conhecimento, como falava Paulo Freire. Ele será um estimulador da criatividade do estudante. Terá a capacidade de identificar talentos e traçar uma trajetória de desenvolvimento. Será capaz de identificar as dificuldades de cada estudante e traçar estratégias para superá-las. Além disso, a Universidade deverá ser um espaço de aprendizagem para os estudantes do ensino básico, por meio da implementação de atividades de aprendizagem, por exemplo, nos fins de semanas e no período de férias.

Olhando para o futuro, serão necessárias a correta utilização dos avanços nas Tecnologias de Comunicação e Informação e a substituição de aulas expositivas por análise de temas e resolução de problemas. A promoção e consolidação de valores e virtudes – a ética, a solidariedade, o diálogo, etc. – em todo o sistema educacional e sobretudo no ensino superior serão importantes para a construção de uma sociedade civilizada e ética, sem injustiças sociais e que proporcione uma vida digna a todos os brasileiros. A produção de conhecimento – pesquisa e inovação – deverá ter como foco a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Ao comemorarmos os 55 anos da nossa UnB tendo como tema “a ciência e a ousadia”, é importante fazer uma prospecção dos próximos 55 anos. Completaremos 110 anos de existência no ano 2072. Uma pergunta emerge: que Brasil queremos para o ano 2072? Certamente vamos querer um país sem miséria, sem fome e sem injustiça social. Vamos querer um país democrático, sem corrupção, e onde as políticas públicas beneficiem toda a sociedade. Todas as ações deverão ser permeadas pela ética e solidariedade. A UnB e todo o sistema educacional brasileiro devem ser protagonistas dessa utopia.

Não poderia deixar de lembrar e render homenagens a grandes figuras que hoje não estão entre nós e que desempenharam um papel importante na UnB. Dentre eles cito: Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer, Luiz Gouveia Labouriau, Wladimir Lobato Paraense, Claudio Santoro, José de Lima Acioli, Roberto Cardoso de Oliveira, Cassiano Nunes, Therezinha Paviani – com cumprimentos a seu esposo, professor Aldo Paviani, e sua filha aqui presentes –, João Bosco Renno Salomon, Charles Mayer, Aluizio da Rosa Prata, Philip Marsden, Vanize Macêdo, João da Gama Filgueiras Lima, Maria Léa Salgado Labouriau, Athos Bulcão, Roberto Pompeu de Souza, Amadeu Cury, Lauro Campos, Frederico Simões Barbosa, Fernando Correa Dias, Waldenor Barbosa da Cruz, Lauro Morhy, Paulo Espírito Santo Saraiva, Victor Nunes Leal, Aliomar Baleeiro, Josaphat Marinho e Ezechias



Foto: Beto Monteiro/Secom UnB

**Revista *Darcy*,
relançada em 2017**

Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer
visitam a UnB (1985)



PEACE MIRA

PAX

PAZ



Paulo Heringer. Incluo com pesar nessa lista o jornalista e professor da UnB Carlos Chagas, que nos deixou no dia de ontem.

Devemos render também nossas homenagens aos servidores técnico-administrativos da UnB que já não estão entre nós. Como representante desse segmento que contribuiu para a construção e consolidação de nossa Universidade, lembro o servidor Teodoro Freire. Esse ilustre maranhense e torcedor fanático do Flamengo começou a trabalhar na UnB em 1962, alguns meses depois de sua inauguração, onde permaneceu até sua aposentadoria compulsória em janeiro de 1991.

Aqui, o criativo maranhense encontrou o espaço de articulação e fruição artística necessário ao desenvolvimento da brincadeira do boi. No horário de almoço, relata o jornalista Eraldo Peres no livro *O encantador: seu Teodoro do boi*, o mestre se “enfurnava” na carpintaria da Universidade, onde fabricava “uns pandeiros quadrados”. As primeiras apresentações – quando o recém-formado grupo de bumba-meu-boi já ensaiava em um terreno doado na cidade de Sobradinho – só foram possíveis graças ao apoio financeiro de Darcy Ribeiro, que viabilizou a compra de adereços, roupas e instrumentos com 65 mil cruzeiros. Mesmo depois de se aposentar, seu Teodoro não se desligou da Universidade, onde ia sempre se encontrar com professores e funcionários. “Ele queria saber de tudo o que acontecia”, relembra a professora Geralda Dias, do Departamento de História. Comentando a trajetória de seu Teodoro, o professor José Cordóva Coutinho assim se expressou: “Tanto a cidade quanto a Universidade só vão se consolidar quando incorporarem em seu calendário de memórias o produto da criatividade de seu povo, e mestre Teodoro é figura inconteste nessa moldura”.

É importante também ressaltar a contribuição que ex-alunos têm feito em diversos campos de atuação e que se constituem em nosso mais precioso produto e no principal indicador de nosso sucesso educacional. Dentre eles cito: Rodrigo Rollemberg, governador do DF, Roberto Azevedo, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Lúcia Willadino Braga, diretora da Rede Sarah, Sidarta Ribeiro, diretor do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Samuel Goldenberg, diretor do Instituto Carlos Chagas, na Fundação Oswaldo Cruz do Paraná, João Batista Calixto, um ícone na Farmacologia Brasileira, Spartaco Astolfi-Filho, da Universidade Federal do Amazonas, que coordena o Programa de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal, Hamilton de Holanda, intérprete, compositor e orgulho da música brasileira, Luiz Vicente Rizzo, superintendente do Hospital Albert Einstein, Paulo Hoff, diretor de Oncologia do Hospital Sírio-Libanês, Edécio Cunha Lima, professor da Universidade de São Paulo, e Dario Zamboni, professor e pesquisador da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto. Não poderia deixar de citar nossos ex-alunos que ocuparam e que ocupam o cargo máximo da instituição: nosso querido reitor Ivan Camargo e nossa querida reitora Márcia Abrahão Moura.

Recentemente a Secretaria de Comunicação introduziu um projeto intitulado “Entrevistas imaginárias”, em que foram feitas perguntas a celebridades nacionais já falecidas, que seriam respondidas por pessoas vivas. Escolheram como uma das celebridades Darcy Ribeiro, fundador da UnB, e pediram a mim que respondesse as perguntas por ele. Aceitei o desafio. A última pergunta seria uma mensagem de Darcy aos jovens brasileiros. Encerro meu pronunciamento com a resposta dada a essa pergunta, que é uma forma de termos Darcy Ribeiro vivo, entre nós:

“Em primeiro lugar, gostaria de convocar os jovens para um olhar para o futuro. As próximas décadas serão de lutas para um renascer do Brasil. Antevejo algumas dessas batalhas. A primeira delas será reconquistar a institucionalidade da lei original que criou a Universidade de Brasília como organização não governamental, livre e autoconstrutiva. Depois dessa reconquista, a expansão dessa estrutura para todas as universidades públicas do país. Simultaneamente, cumpre libertar-nos da tutela ministerial, assumindo plenamente a responsabilidade na condução de nosso destino. Os jovens deverão ser protagonistas para, de forma permanente, reinventar o ensino básico e superior, de graduação e pós-graduação, fazendo deles instrumentos de libertação do Brasil. Olhando para o futuro, nostálgico dos velhos tempos, o que peço é que voltem, ao *Campus* Universitário Darcy Ribeiro e a todos os *campi* do país, aquela convivência alegre, aquele espírito fraternal, aquela devoção profunda ao domínio do saber e sua aplicação frutífera. Vocês, jovens, devem ser protagonistas para elaborar uma versão contemporânea dos Centros Integrados de Educação Popular (Ciep), iniciativa do governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, nos quais as crianças possam ter uma educação de qualidade em tempo integral. Repito uma frase minha: ‘A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto’. Desmontar esse projeto é a nossa principal causa. Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando, lutando, como um cruzado, pelas causas que comovem. Elas são muitas: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa. Horrível seria ter ficado ao lado dos que nos venceram nessas batalhas. Deixo como herança os meus fracassos, para que sejam transformados em vitórias pelos jovens desta e das próximas gerações. E deixo o recado primeiro e último aos jovens: sejam brasileiros sempre apaixonados pelo Brasil.

Vivemos um momento difícil no Brasil. Todos temos o dever de trabalhar para reverter o presente quadro. Nesse contexto, lembro o pensamento de Oswaldo Cruz: ‘Não esmorecer para não desmerecer’.”

Obrigado.

Foto: Edu Lautoni/UnB Agência



Isaac Roitman começou a escrever sua história na UnB em 1972. Implantou o Laboratório de Microbiologia e, além de professor, foi chefe do Departamento de Biologia, coordenador da Pós-Graduação e decano de Pesquisa e Pós-Graduação.

Mesmo aposentado desde 1995, ocupou outros cargos na instituição. Atualmente é presidente do Comitê Editorial da Revista Darcy e coordenador do Núcleo de Estudos do Futuro (n-Futuros), vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM).

Roitman tem formação em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), pós-graduação em Microbiologia na UFRJ, além de quatro pós-doutorados em Microbiologia pela Pace University, Hebrew University at Jerusalem, University of Kent e University of Sussex.



Cotidiano e vivência de um docente

Este artigo é composto por dois pronunciamentos nas efemérides comemorativas dos 55 anos da Universidade de Brasília: o primeiro, como representante dos docentes perseguidos pela ditadura, realizado a convite da Câmara dos Deputados, em 25 de maio de 2017, e o segundo, como um dos professores eméritos homenageados pelo Consuni nos atos comemorativos realizados na Universidade de Brasília, em 26 de maio de 2017

Aldo Paviani

Introdução¹

Preferiria não estar aqui, registrando tão tristes e lamentáveis fatos ocorridos logo após a criação da Universidade de Brasília, justamente nas comemorações de seus 55 anos de sua profícua existência. Todavia, em razão do convite por parte da Câmara Federal, saliento que os acontecimentos relatados têm como bases os atos de força, de coação/intimidação impostos por um regime ditatorial, não só militar, mas civil, que pareciam arrancar as esperanças de estudantes, professores e trabalhadores da academia, que em nenhum momento esmoreceram, como reforço adiante.

Destaco que retirei, a contragosto, do fundo da memória o que relatei, de forma singela, despretensiosa e, talvez, lacunosa em alguns aspectos, também vivenciados por outros docentes. Todavia, cada linha é de repúdio, pois jamais o espaço sagrado do saber, das ciências, da cultura, das artes e das humanidades deveria ser invadido por armas pesadas, fuzis e metralhadoras, diante de pessoas desprotegidas, cujas únicas armas eram fundamentadas em ideias e conteúdo de diversas áreas do conhecimento. Como não se deve ignorar, o saber é inofensivo a armamento letal, mas contribui fortemente para o avanço científico e tecnológico da cultura e eleva o patamar identitário e civilizatório de um país.

¹Saudações às seguintes personalidades presentes: Deputada Érika Kokay, promotora do evento na Câmara Federal; Reitora da Universidade de Brasília, professora Márcia Abrahão Moura, em nome da qual saúdo todos os membros da mesa. Cumprimento todas as pessoas presentes nesta sessão especial da Câmara dos Deputados na pessoa do ex-reitor, professor José Geraldo de Sousa Júnior. Caros colegas de docência, estudantes e servidores técnico-administrativos da UnB.

I – A chegada à UnB

Em visita à UnB, em 1968, fomos convidados a pensar em uma futura colaboração com a Universidade. Nesse mesmo ano, o convite à minha esposa foi para o Instituto de Biologia – Departamento de Botânica e, a mim, para o núcleo de Geografia do Instituto Central de Geociências, este dirigido pelo professor João da Rocha Hirson. Fomos recepcionados na UnB em 1º de janeiro de 1969, cada qual nos respectivos departamentos, e iniciamos nossas atividades de pronto.

A requisição de ambos foi feita pelo reitor Caio Benjamim Dias à Universidade de Santa Maria (RS) em fins de 1968 e efetivada um ano depois, quando assumimos as respectivas docências e projetos de pesquisas. Ao chegarmos não tínhamos conhecimento da invasão do *campus* por forças militares em 1968, mas se sentia o cheiro da pólvora de tiros dados por militares, que atingiram um estudante pelas costas e o tornaram paraplégico. Esse fato ocorreu no subsolo do Instituto Central de Ciências (ICC),² em um dos muitos atos de violência na ocupação da academia por militares.

² O ICC é também apelidado de “Minhocão”, por ter o prédio cerca de 750 metros de comprimento.



Foto: Osvaldo José dos Santos, UnB – Cedoc

O início da truculência

O começo da violência contra a UnB é relatado no escrito do professor Roberto Salmeron. Registrou ele: “as tropas chegaram na madrugada do dia 11 de outubro e cercaram as entradas do *campus*. Alunos e professores eram impedidos de entrar. Os soldados ficavam na entrada dos edifícios, proibiam qualquer agrupamento de pessoas e não permitiam nem a entrada nos laboratórios para que animais envolvidos em pesquisas fossem alimentados. Uma semana depois, o reitor demitiu 15 professores, alegando que eles eram os responsáveis pelo ambiente de perturbação. Esses professores, segundo o reitor, haviam se manifestado de forma subversiva durante assembleia e Zeferino [Vaz] justificou as demissões como ‘medida disciplinar’. Entre os demitidos estava Sepúlveda Pertence, que mais tarde seria presidente do Supremo Tribunal Federal. Houve reação: 223 dos 305 professores da Universidade demitiram-se em seguida”. O professor Roberto Salmeron conta em seu livro *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965* que os professores estavam fartos do clima de instabilidade que havia se instalado na Universidade. “Chegara o momento em que devíamos escolher com lucidez entre somente duas alternativas: aceitar as interferências externas ou recusá-las”, lembra. Prossegue Salmeron: “cerca de 80% dos professores decidiram recusar. Em 18 de outubro a Universidade que acabara de nascer perdia a maior parte dos cérebros selecionados para construir a instituição de vanguarda idealizada por Darcy Ribeiro. A invasão mais violenta aconteceu em 1968. Os alunos protestavam contra a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, assassinado (no Calabouço) por policiais militares no Rio de Janeiro. Cerca de 3 mil alunos reuniram-se na praça localizada entre a Faculdade de Educação e a quadra de basquete. Esse foi o estopim para o decreto da prisão de sete universitários, entre eles Honestino Guimarães”. Essa citação se encontra no portal da UnB, a respeito das “Invasões históricas do *campus*”.³

Mais adiante, no início de 1971, Honestino Guimarães foi preso e nunca mais se soube de seu paradeiro, para a angústia e dor de seus familiares.

Nosso cotidiano sob opressão

Ainda nos anos 1970, o que se vivenciava? Não anotei datas precisas e esse relato é feito de memória de fatos ocorridos pelo casal de professores, muitas vezes envolvendo colegas de departamento ou de outros institutos e faculdades, estudantes e servidores técnico-administrativos.

Nesses anos, ocorreram sucessivos impedimentos para entrar no ICC. Nas principais entradas pela via L3, havia soldados fortemente armados, que barravam a passagem de veículos e pessoas.

Nas entradas sul e norte do Minhocão, em mais de uma ocasião houve “corredores poloneses”. Estes eram pequenos espaços abertos entre duas colunas de policiais e/ou soldados, à direita e à esquerda de quem passasse, com marcado aspecto intimidador para quem entrasse no ICC. Passei muitas vezes por eles na altura do Ceubinho a fim de acessar o Departamento de Geografia e História (Instituto de Ciências Humanas), na ala norte do Minhocão. Só havia essa entrada – mas obrigatoriamente enfrentando o corredor polonês.

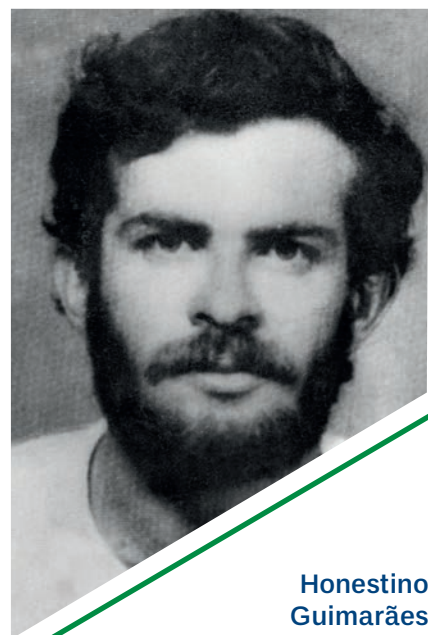


Foto: Norton Monteiro Guimarães

Honestino
Guimarães

³ SALMERON, R. *A Universidade interrompida: 1964-1965*. Brasília: Editora UnB, 2012.





II FOMENTO
II FOMENTO
II FOMENTO
II FOMENTO
II FOMENTO
II FOMENTO
II FOMENTO
II FOMENTO
II FOMENTO
II FOMENTO

Na segunda metade dos anos 1970, começaram as greves de estudantes, que levantavam barreiras nas entradas dos auditórios e das salas de aula para que os professores e estudantes não tivessem acesso. Isso era reprimido. Alguns chefes de departamento davam ordens escritas para que os docentes dessem aulas e preenchessem os boletins de presença.

Também eram reprimidas as passeatas ao longo do Minhocão e ao redor do estacionamento Sul. Numa ocasião, por ordem do chefe do Departamento de Geografia e História, tentei ir para a sala de aula, mas ocorreu um tumulto pela prisão de uma estudante, que havia participado de séquito de docentes e estudantes, sob um estranho “andor”. A estudante fugiu da polícia, mas foi presa no subsolo do ICC pelo policial conhecido como King Kong, em razão de sua enorme compleição física. Ao passar pela sala de aula, carregada pelo policial, a estudante gritava por socorro – mas ninguém se atreveu a atendê-la. O curioso desse episódio foi constatar que, no dia seguinte, a mesma estudante foi fotografada segurando uma das varas de sustentação do andor. Comentou-se que era filha de militar e, por isso, havia sido liberada pela polícia.

As greves se sucederam e a repressão continuou, com muitas prisões e atos de violência, que estão documentadas no filme *Barra 68*, do cineasta Vladimir Carvalho. Nele estão retratados os professores e alunos presos na quadra de basquete, logo abaixo da antiga Reitoria.

Também no início da década de 1970, havia truculência por parte da Reitoria, que tomava medidas sem consultar diretores de Institutos ou chefes de Departamento. Foi o caso da transferência, por volta de 1972 ou 1973, do Núcleo de Geografia do Instituto de Geociências para o Instituto de Ciências Humanas para formar o Departamento de Geografia e História (onde também se incluíram a Filosofia e uma disciplina que não tinha “dono”, a EPB – ou Estudos de Problemas Brasileiros –, criadas para enaltecer as obras e a ideologia da ditadura). Todos os estudantes eram obrigados a passar pela disciplina com turmas enormes, que só cabiam em anfiteatros grandes. Os professores se revezavam nas aulas e as provas eram de múltipla escolha. Nas aulas atribuídas aos docentes de Geografia, as aulas ministradas eram de Geografia do Brasil, por exemplo, para todos os estudantes de Jornalismo. A disciplina, após a democratização, foi extinta.

A Reitoria era seletiva, tinha informantes e “dedos-duros” infiltrados entre os estudantes. O reitor José Carlos Azevedo tinha informações, por exemplo, da Faculdade de Arquitetura, onde o diretor resistia às ordens vindas de cima, o que fez com que enfrentasse duras atitudes da Reitoria e recebesse, em muitas ocasiões, a solidariedade de colegas, inclusive de minha parte (eu ministrava disciplinas no curso de especialização do curso de Urbanismo). O professor José Carlos Córdova Coutinho foi um bravo resistente quando diretor da atual FAU.

Mais adiante, nos estertores do regime ditatorial, exatamente em 1980, o Centro Acadêmico de Geografia e os professores do Núcleo de Geografia resolveram convidar o professor Milton Santos para realizar palestra na UnB. O evento aconteceu no auditório da Reitoria, lotado de estudantes e de professores. Milton Santos regressara do exílio ao final dos anos 1970 e havia sido contratado pela UFRJ como professor visitante, o que o deixou muito aborrecido, pois resistiu e protestava em ser professor visitante em seu próprio país, como me revelou antes da palestra. Eu era o coordenador do Núcleo de Geografia e presidi a sessão, que foi interrompida por determinada professora, que protestou pelo fato de Milton criticar as universidades brasileiras, justo quando a UnB o

“*Numa ocasião, por ordem do chefe do Departamento de Geografia e História, tentei ir para a sala de aula, mas ocorreu um tumulto pela prisão de uma estudante, que havia participado de séquito de docentes e estudantes, sob um estranho ‘andor’. A estudante fugiu da polícia, mas foi presa no subsolo do ICC [...]*”



Foto: UnB - Ceadoc

Estudantes fizeram passeata para pedir a anistia de colegas presos

convidou, tendo pagado a hospedagem e o bilhete aéreo. A crítica se dava pelo fato de Milton Santos afirmar estarem as universidades brasileiras “apodrecidas”, segundo enfatizou. Ante a crítica da docente, visivelmente aderente ao reitor Azevedo, Milton calou-se, ao meu lado, e entrou em profunda emoção, não contendo as lágrimas. O silêncio foi absoluto e só foi interrompido quando o estudante Saint Clair Versiani fez uma dura contestação à grosseira observação da docente, justo contra o grande docente e escritor que levou a Geografia brasileira mundo afora. Milton Santos, como todos sabem, sempre foi um grande pensador (crítico) da realidade socioespacial e econômica. Costumava apresentar-se como “militante de ideias”. Sob minha proposta, aprovada em todas as instâncias da UnB, Milton Santos compareceu novamente à UnB, em 1999, para receber o título de doutor *honoris causa* da Universidade. Dois anos depois, em 2001, Milton Santos veio a falecer em São Paulo, desfalcando o quadro de docentes da USP e para a tristeza de todos que o admiravam e admiram.

O fato relevante dessa palestra, que chegou ao seu término por continuado aplauso dos estudantes, foi que, tendo sido gravada, o reitor José Carlos Azevedo exigiu que eu apresentasse a gravação, pois a indignada docente havia repassado ao reitor as informações de que Milton havia incitado os estudantes e depreciado a UnB. Quase fui demitido, após xingamentos do reitor, por ter afirmado que as fitas, uma semana antes, haviam sido remetidas pelo Centro Acadêmico para a Associação de Geógrafos Brasileiros, sediada no Rio de Janeiro. Fui salvo da exoneração pelo vice-reitor Amadeu Curi – biólogo –, que lembrou a Azevedo que, ao me demitir, estaria perdendo a chefe do Departamento de Botânica do Instituto de Biologia, a professora Therezinha Isaia Paviani –

minha esposa –, justo no momento em que ela organizava dois mestrados – o de Botânica e o de Fitopatologia.

Não me abati com o fato, pois estava também protegendo os estudantes do Centro Acadêmico de Geografia. Ainda nos anos 1980, a truculência da ditadura quis impor um reitor, enquanto havia forte movimento para organizar eleições para reitor e vice. Elas aconteceram e o reitor eleito foi o professor Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque – hoje senador da República. Coube a Cristovam Buarque apaziguar os ânimos e colocar a UnB na trajetória pensada pelos criadores Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

São essas lembranças – sem anotações ao tempo em que ocorreram – parte de um passado de perseguições e de conflitos impostos pela ditadura contra a liberdade de expressão e contra a democracia. Os “anos de chumbo” não foram capazes de dobrar as resistências, as greves e o ideário que nos levaram a comemorar, agora com grande júbilo, os 55 anos da Universidade de Brasília, uma das dez melhores do Brasil e com grande expressão na América Latina, conforme salienta em artigo a reitora Márcia Abrahão, em jornal matutino de Brasília. Que ela, democraticamente eleita, consiga, de vez, sarar as feridas que um regime de força impôs aos que, de forma honesta e firme, abraçaram o ideário do livre pensar e produzir nessa grande academia de ciência, artes, cultura e tecnologia que é a UnB. Que de agora em diante não se tenha mais ditadura alguma, nem o dano dos cortes orçamentários, pois a economia deve estar subjugada à educação e à pesquisa científica, como manifestou, dia 22 de abril passado, o movimento da SBPC na Esplanada dos Ministérios.

Viva a UnB democrática.

II – Os 48 anos de atividades na Universidade de Brasília⁴

Fico honradíssimo com a distinção a mim concedida, sendo um dos professores eméritos homenageados pelo Consuni ao comemormos os 55 anos da UnB.

Estive presente na UnB por 48 anos, dos quais cerca de 30 como docente e pesquisador, sobretudo porque fui requisitado para colaborar na criação do Departamento de Geografia no Instituto de Geociências, à época dirigido pelo professor João da Rocha Hirson, como referi. Penso que, com o saber de muitos colegas de diversas áreas, a UnB e Brasília foram tornadas mais conhecidas. E o foram graças à *Coleção Brasília* por mim sugerida à Editora UnB, que a inaugurou com a obra *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*, em 1985. Outras coletâneas foram publicadas, por meio das quais a capital federal teve sua evolução acompanhada por muitos pesquisadores, da UnB e de outras instituições locais.

Julgo que milhares de estudantes aqui diplomados mostram o grande papel da Universidade a partir do ideário de Darcy Ribeiro

⁴ Pronunciamento no Consuni especial, nas comemorações dos 55 anos da UnB, em 26 de maio de 2017. Saudação às personalidades presentes: magnífica reitora professora Márcia Abrahão Moura; professor Enrique Huelva, vice-reitor; professor emérito Isaac Roitman, coordenador do N-Futuros/Ceam; professor José Geraldo de Sousa Júnior, ex-reitor da UnB; cara colega professora emérita Lia Zanotta Machado; caros membros do Egrégio Conselho Universitário da Universidade de Brasília; caros colegas de docência, estudantes e servidores técnico-administrativos da UnB; estimada filha Maria Silvia – em sua pessoa homenageio minha querida esposa, botânica, professora emérita e colega Therezinha Isaia Paviani, lembrando o triste dia 31 de outubro de 2014, em que nos deixou fisicamente.

e de Anísio Teixeira. A UnB teve, tem e terá papel pioneiro na capital e no Centro-Oeste nas artes, nas ciências, nas técnicas e na cultura. Estou muito orgulhoso de ter dado minha modesta contribuição para que ela se tornasse a grande Universidade que é, como passo a informar.

Considero que poderia ter sido uma breve passagem pelo Instituto Central de Geociências (GEO) quando da requisição, pela UnB à UFSM, para colaborar com esse importante Instituto. O convite se limitou a um ano, de 1969 a 1970. Todavia, houve convite para permanecer por mais dois anos. Vencidos esses anos e, antes que houvesse negativa para a quarta requisição à UFSM, optamos por nos radicar em Brasília, permanecendo na UnB. À época, avaliamos que havia possibilidades positivas de evolução acadêmica. Pesaram também o agradável convívio com colegas na academia e as muitas possibilidades que Brasília oferecia como capital da República.

Passados os “anos de chumbo”, como referido na unidade anterior, tive muitos momentos de satisfação na colaboração como docente e pesquisador, como no início do curso de especialização da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), na criação do mestrado em Geografia (GEA), na participação em bancas examinadoras de mestrado e doutorado e nos resultados de trabalhos de Urbanismo, Planejamento Urbano e Geografia sobre a também aniversariante Brasília, em seus 57 anos, recentemente comemorados.

Etapas

Apresento as seguintes etapas de minha continuada permanência na UnB:

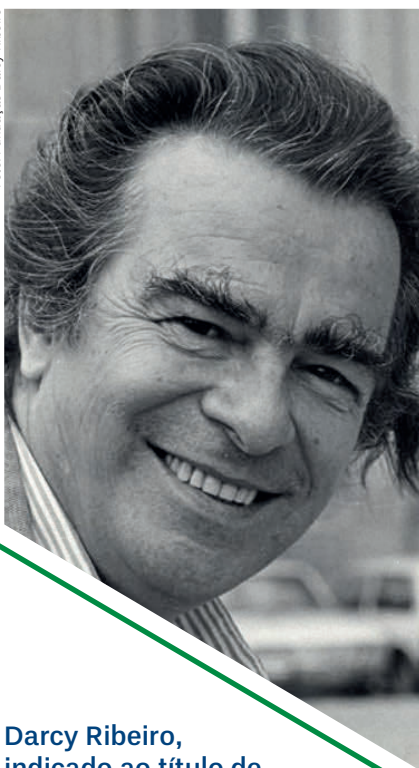
- 1) a chegada, sob a ditadura militar e civil;
- 2) a docência, a pesquisa, a divulgação científica;
- 3) a aposentadoria com continuada atividade, olhando o futuro, até onde meu abraço alcança.

1) A chegada, sob a ditadura, foi reproduzida anteriormente com o discurso feito na Câmara dos Deputados em 25 de junho de 2017. Farei apenas referência a alguns tópicos ao decorrer deste depoimento – para não me alongar.

2) A docência, a pesquisa, a divulgação – fatos auspiciosos.

Ao ser requisitado pela UnB, assumi como professor colaborador e, junto com mais três docentes de Geografia, formamos o Grupo Gerador,⁵ com programa ajustado às Geociências. Na época, havia disciplinas do núcleo comum para todos os cursos, por exemplo, a Geografia Geral. Era ministrada pelos quatro docentes no Auditório 9 do ICC, pois as matrículas superavam a casa dos cem estudantes. No Instituto de Geociências, formulamos uma pesquisa importante para Brasília – a da mobilidade urbana no Distrito Federal (DF). Com a ajuda de estudantes, a pesquisa aplicou mais de 2.500 inquéritos domiciliares. Feita a triagem, todo o conteúdo foi perfurado em cartões para rodar no Galileu, o famoso, lendário e enorme computador da UnB. Dessa pesquisa, resultaram inúmeros trabalhos, apresentados nos congressos de Geografia, no Brasil e no exterior. Os dados foram por mim utilizados para a tese de livre docência (doutorado),

⁵ O Grupo Gerador era formado pelos professores Getúlio Vargas Barbosa, Ignez Costa Barbosa Ferreira, Azeite Drumond e por mim.



Darcy Ribeiro,
indicado ao título de
doutor *honoris causa*

com concurso realizado na UFMG em 1977.⁶ Mas a duração do Instituto Central de Geociências foi curta. Por ato unilateral, sem consulta ao corpo docente, o reitor Azevedo transferiu a Geografia para o Instituto Central de Ciências Humanas. Nele, se formou o Departamento de Geografia e História, que abrigava também a Filosofia e uma disciplina para toda a UnB, Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), ministrada pelo Departamento de Geografia e História (GEH), pois essa disciplina não possuía um responsável único. Nosso núcleo ministrava as disciplinas da graduação – bacharelado e, mais tarde, licenciatura. Havia disciplinas da área da Geografia Humana e também da Geografia Física, contando com disciplinas técnicas para que o bacharel tivesse formação de geógrafo.

Em meados de 1970, iniciei os preparativos para o mestrado em Geografia, quando já éramos apenas seis professores, uma vez que a administração central colocava restrições para novas contratações. Continuávamos a dar aulas, sem descuidar da pesquisa sobre a mobilidade da população do DF, de ir a congressos científicos e atender alunos, pois havia a figura do “professor orientador” – que atendia estudantes individualmente.

Fatos auspiciosos eram os encontros, seminários e congressos organizados: um dos mais importantes eventos foi o das Grandes Cidades Mundiais, apoiado pela União Geográfica Internacional (UGI), quando dezenas de geógrafos de diversos países chegaram à UnB – com direito a excursão por algumas cidades-satélites. Nessa tarefa tive a ajuda de colegas e, na excursão, pude contar com a aula do professor Pedro Pinchas Geiger, do IBGE/Rio de Janeiro.

Digno de destaque foi o seminário que reuniu os seguintes professores: Milton Santos, Manuel Correia de Andrade e Cristovam Buarque. Na ocasião o auditório da Faculdade de Tecnologia ficou lotado. Outros eventos importantes foram as Semanas de Geografia, com convidados locais e de outras universidades. Diversos seminários foram realizados com foco na questão regional e contaram com a professora Maria Adélia de Souza, da USP, que palestrou sobre o urbano na Constituição de 1988 e sobre a epistemologia da Geografia.

Orgulho-me de duas propostas, que consistiram nos seguintes requerimentos, debatidos e aprovados em todas as instâncias da nossa Universidade:

1. A proposta para a concessão do título de doutor *honoris causa* ao professor Darcy Ribeiro, na gestão do reitor Cláudio Todorov – que aproveitou o ensejo para dar ao *campus* o nome de seu fundador, em 1994, em merecida homenagem. 2. A proposta para o título de doutor *honoris causa* ao professor e grande geógrafo Milton Santos, na gestão do saudoso reitor Lauro Morhy, em 1999. Foi uma tristeza para todos nós a notícia do falecimento de Milton Santos, em São Paulo, no dia 24 de junho de 2001.

Referência especial deve ser feita à colaboração, na criação do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam/UnB), em 1986, da gestão do reitor Cristovam Buarque. Foram instituídos cinco núcleos temáticos para compor o Centro. Sugerí, juntamente com outros docentes, o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Neur), contando com a colaboração de pesquisadores da Arquitetura, Geografia, Economia, Sociologia, Antropologia e outros. Foram meses de debates sobre o significado da multi, inter e transdisciplinaridade, com a participação de muitos colegas de diversos departamentos.

⁶O concurso estabelecia três disciplinas e a defesa de tese. Esta recebeu o título *Mobilidade intraurbana e organização espacial: o caso de Brasília*. Brasília: UFMG, 1976.

Para diretor do Ceam foi nomeado o professor Isaac Roitman, que também desempenhava as atividades de Decano de Pesquisa e Pós-Graduação.

Como referido anteriormente, atuei como editor da *Coleção Brasília*, abrigada na Editora UnB, que se iniciou em 1985 com a coletânea *Brasília, ideologia e realidade*. Essa obra contou com dez artigos e 12 autores. Milton Santos elaborou o prefácio. A essa coletânea seguiram-se outras oito, sendo a última uma síntese sobre a capital federal, abordando o tema *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. O reitor José Geraldo de Sousa Júnior escreveu o prefácio. A obra contou com 15 trabalhos e 17 autores, e posso afirmar que se trata de obra completa em todos os aspectos, envolvendo a história de Brasília, a construção da cidade-capital, a formação da metrópole e as possibilidades futuras em diversos aspectos multidisciplinares. Essa obra homenageia os 50 anos de Brasília.

Não posso deixar de mencionar a coletânea, com 476 páginas e rico conteúdo, igualmente inter e multidisciplinar, intitulada *Planejamento e urbanismo na realidade brasileira – objeto, teoria e prática*. Esse livro foi organizado pelos professores Suely F. N. Gonzales, Jorge Guilherme Francisconi e por mim. Para contribuir com ele foram convidados pesquisadores de outros estados brasileiros – totalizando 17 autores – e sua publicação ocorreu em 2013. A editora é a Livre Expressão – Rio de Janeiro e São Paulo.

Vale referir que a ideia de livros sobre a capital surgiu durante meu pós-doutorado no Instituto de Estudos Latino-Americanos (Ilas), na Universidade do Texas, em Austin, quando constatei que muitas obras sobre o Brasil foram publicadas por interesses de pesquisadores americanos, os “brasilianistas”. Resolvi ser o brasilianista brasileiro e brasileiro.

3) A aposentadoria – mantendo atividades diversas.

Desejo reconhecer que, mesmo aposentado, a UnB não me deixa sair e eu dela não desejo me afastar. Continuo nos programas de pós-graduação do Departamento de Geografia, do Ceam e de onde achem que posso contribuir. Participo, como convidado, de bancas de concursos, teses e dissertações em diversos institutos e faculdades.

Deu-me enorme alegria ajudar o colega e amigo Isaac Roitman na criação do Núcleo do Futuro/Ceam, participando com contentamento dos debates, de entrevistas na mídia e da difusão do conhecimento para o amanhã.

Ao finalizar, reconheço que muito do que realizei foi com a colaboração de excelentes colegas que embarcaram em muitos projetos. Quero homenagear esses docentes e pesquisadores, na pessoa da amiga professora Ignez Costa Barbosa Ferreira, geógrafa egressa do IBGE e que aqui aportou em 1967 para construir a Geografia, participando do Grupo Gerador e colaborando com as coletâneas e o Neur.

A UnB, ao vivenciar seus 55 anos, tem excelentes educadores, pesquisadores e docentes, importantes para a evolução teórica, técnica e metodológica da política educacional e da ética pessoal e profissional.

Viva a UnB! Longa vida ao pensamento renovado de Darcy Ribeiro e de Anísio Teixeira, seus aguerridos fundadores.

Sou agradecido a todos os membros do Conselho Universitário. Muito grato a todas e a todos os presentes.

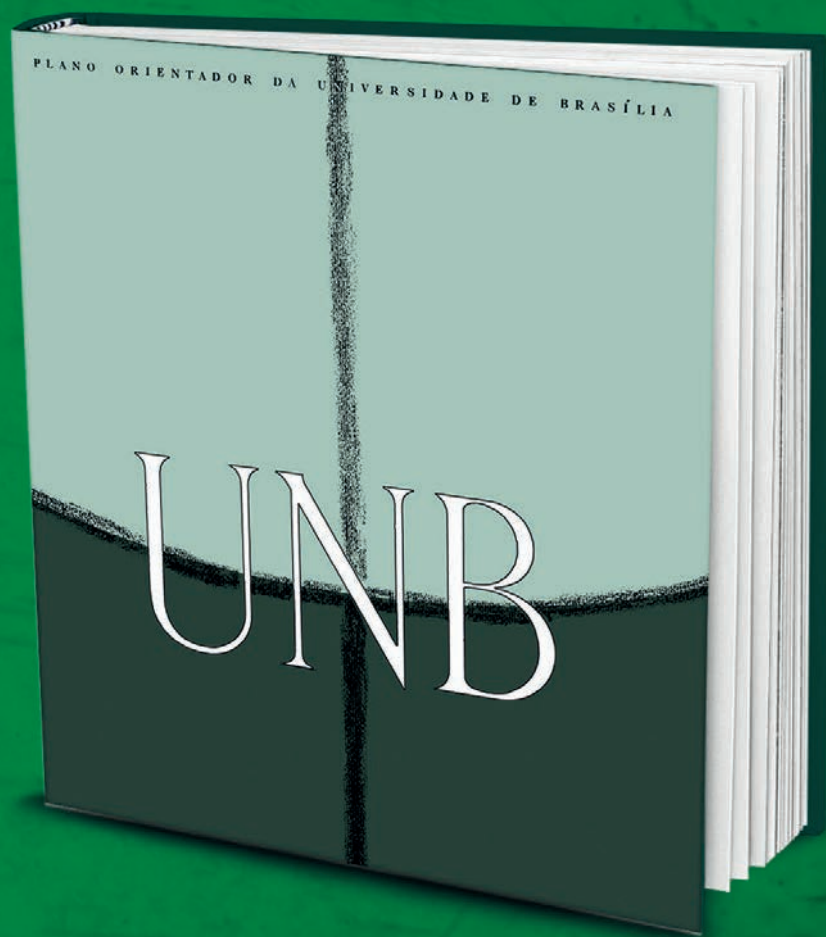
26 de abril de 2017



Foto: Daliane Souza/UnB Agência

Aldo Paviani é graduado em Geografia e História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1958), livre docente/doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (1977). É diretor de Estudos Urbanos e Ambientais da Companhia de Planejamento do Distrito Federal/Codeplan. É professor titular aposentado da Universidade de Brasília e pesquisador Associado do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares e do Departamento de Geografia da UnB. Ex-diretor do Instituto de Ciências Humanas da UnB. Ex-diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB. Organizou diversas coletâneas na Coleção Brasília (Editora UnB) e outras obras.





PLANO ORIENTADOR

Trechos do Programa Básico da
Universidade de Brasília



UNI VERSI DADE

e desenvolvimento

Muitos fatores recomendam a criação em Brasília de uma universidade de tipo novo para o Brasil, mas já tradicional nos países plenamente desenvolvidos e tida por eles como um dos principais motores do seu progresso social, material e cultural.

As nações que representaram um papel pioneiro na revolução industrial experimentam, em certa medida, um progresso científico e cultural reflexo de seu enriquecimento material. Elas mesmas, porém, desde cedo procuraram intervir no processo e hoje se empenham numa competição de base mundial para criar um corpo de cientistas e tecnólogos tão amplo e diversificado quanto o permitam seus recursos, pois estão certas de que o poder de uma nação se mede primeiramente pelo vulto de suas disponibilidades nesse campo.

Países como o Brasil, que tendo-se atrasado nesse processo procuram encaminhar-se, agora, para a industrialização e já se compenetram de que só a atingirão através do planejamento, não podem esperar que o saber e a técnica, de que necessitam, surjam como meros efeitos do progresso material, por ação espontânea. Tal atitude equivaleria à aceitação tácita de uma condição de atraso e dependência que jamais poderíamos superar. Assim como planejamos a instalação de usinas e de fábricas que nos virão assegurar autonomia na produção das condições materiais de sobrevivência, teremos de criar planejadamente universidades e instituições de pesquisa que nos hão de assegurar independência no plano científico e cultural.

É notório que, por força do próprio desenvolvimento econômico que já alcançamos, veremos, paradoxalmente, aumentar a nossa dependência técnica e científica em relação aos núcleos que nos exportam os equipamentos e os procedimentos através dos quais estamos produzindo. Tais elementos constituem, sabidamente, subprodutos de um corpo de saber científico e tecnológico que não pode ser importado com as máquinas, mas deve ser organicamente desenvolvido em cada país que almeje plena independência. Não se trata apenas de economizar *royalties* ou despesas com assistência técnica, mas de incorporar ao nosso processo de desenvolvimento o único elemento capaz de acelerar seu ritmo e de assegurar-nos condições de progresso independente e ajustado às condições nacionais. Esse é um imperativo inelutável para uma nação que almeja assegurar à sua população o domínio e a utilização dos avanços da tecnologia moderna e coexistir independente entre as grandes potências do mundo. Para tanto precisaremos alcançar e um dia superar a proporção entre tecnólogos e trabalhadores que eles já atingiram, como condição fundamental para vencer a defasagem entre o progresso que alcançaram e o nosso atraso.

Nas condições presentes, só uma universidade nova, inteiramente planejada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior.

O modelo que se recomenda nada tem de inovador, já que constitui a estrutura universitária usual, largamente experimentada e comprovada em sua eficácia em todos os países desenvolvidos. A renovação do ensino superior na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Rússia se fez ao integrarem-se nos seus cursos universitários a ciência moderna e a tecnologia e processou-se por um caminho que ainda hoje se recomenda ao Brasil. Somos, talvez, o único país que ainda pretende formar cientistas e tecnólogos segundo o modo tradicional de ensinar e cultivar a erudição clássica.

Há poucos anos esse atraso não tinha grande relevância, porque a tarefa dos nossos estabelecimentos de ensino superior era qualificar socialmente, através da diplomação, uns poucos doutores para o exercício de uma medicina acessível às camadas mais abandonadas ou de uma engenharia destinada à construção de casas senhoriais ou de umas tantas obras públicas.

As tarefas da produção recaíam, inteiramente, nos seus executores mais imediatos: sobre o lavrador que cultivava algodão e café, o vaqueiro



Jovens que terminaram o curso secundário se inscrevem nos exames vestibulares da Universidade de Brasília

que cuidava dos rebanhos, o garimpeiro que bateava ouro ou pedras preciosas, o seringueiro que colhia borracha. Filho de fazendeiro, de criador, de seringalista ia à escola para se fazer *doutor*. A produção não era tarefa de doutores, não exigia saber técnico nem qualificação profissional. Por isso, em parte, fomos superados em tantos ramos da produção, cada vez que outro país decidia entrar em competição conosco. Quando técnicos eram exigidos para instalar ou movimentar uma usina, uma fábrica, para construir uma rodovia ou explorar uma jazida, tratava-se de importá-los juntamente com a maquinaria e as normas de procedimento.

Ao ingressar na era tecnológica, a ciência e a técnica passaram a construir para nós, também, ingredientes fundamentais dos processos produtivos e o seu domínio passou a ser um imperativo da autonomia nacional. Se fracassarmos nesse desafio, justamente no momento em que nos tornamos independentes sob tantos títulos, ver-nos-emos novamente subordinados. Já não dependemos da importação de automóveis, geladeiras e televisores, mas estamos cada vez mais atados à técnica que os produziu e os aperfeiçoa incessantemente.

Só seremos realmente autônomos quando a renovação das fábricas aqui instaladas se fizer pela nossa técnica, segundo procedimentos surgidos do estudo de nossas matérias-primas e das nossas condições peculiares de produção e consumo. Só por este caminho poderemos acelerar o ritmo de incremento de nossa produção, de modo a reduzir e, um dia, anular a distância



Resultado do vestibular UnB – 2017/2

que nos separa dos países tecnologicamente desenvolvidos e que se apartam cada vez mais de nós pelos feitos de seus cientistas e técnicos.

A reforma do ensino superior, para ajustá-lo às exigências da formação de tecnólogos é, pois, um imperativo a que não podemos fugir. A oportunidade para iniciar, na prática, essa reforma, foi criada com a mudança da sede do governo federal para uma cidade especialmente edificada para recebê-lo, a que não pode faltar um centro cultural e científico.

Planejada à luz dessas preocupações, a Universidade de Brasília será estruturada de modo a tornar-se capaz de:

- a) *formar cidadãos responsáveis, empenhados na procura de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta pelo desenvolvimento;*
- b) *preparar especialistas altamente qualificados em todos os ramos do saber, capazes de promover o progresso social pela aplicação dos recursos da técnica e da ciência;*
- c) *reunir e formar cientistas, pesquisadores e artistas e lhes assegurar os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade para se devotarem à ampliação do conhecimento e à sua aplicação a serviço do homem.*

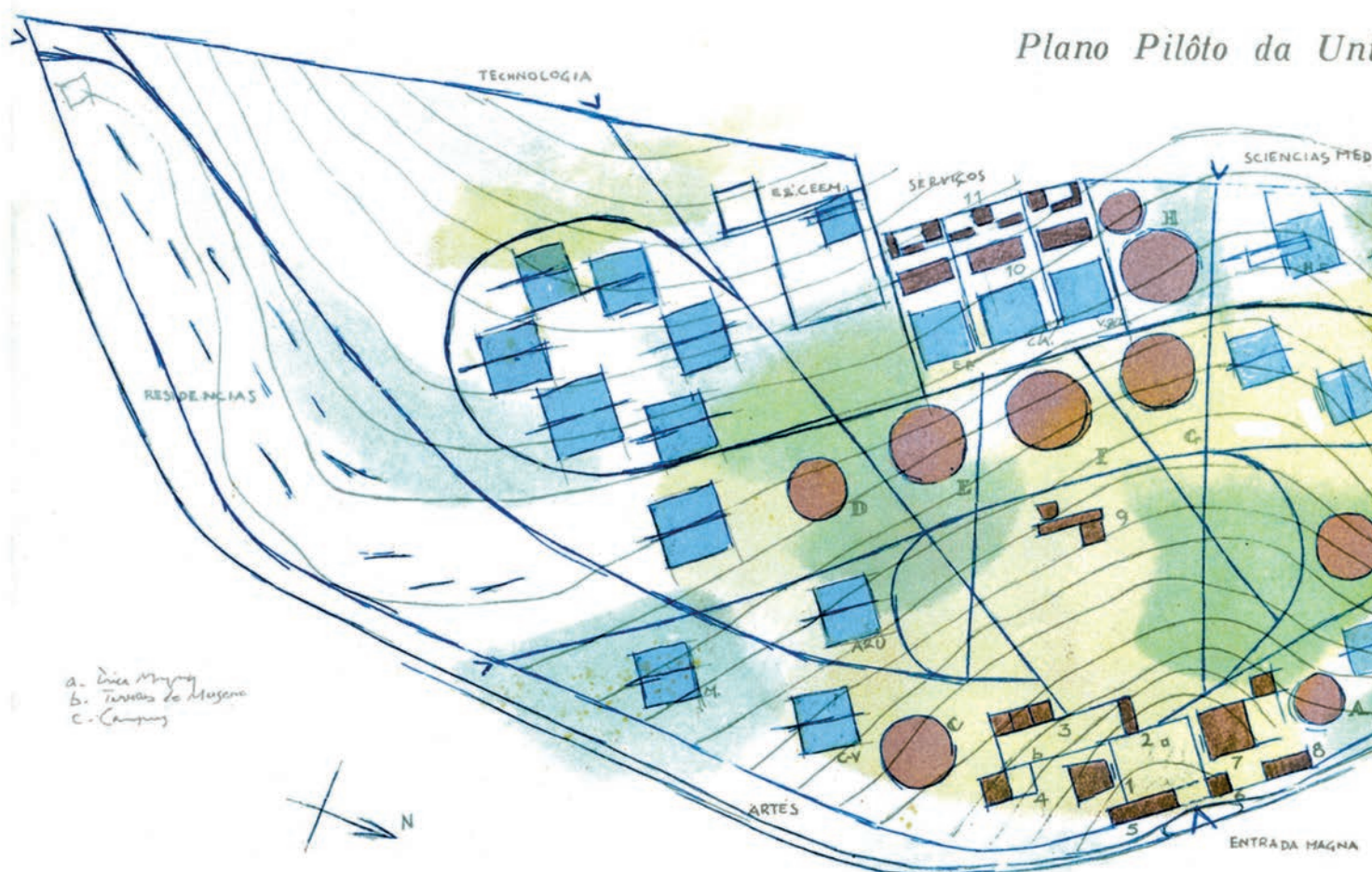
Uma universidade nova, na nova capital, para um novo Brasil

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.

(Lucio Costa)

O *campus* da Universidade de Brasília foi situado por Lucio Costa entre a Asa Norte e o Lago, numa área de 257 hectares, correspondente à zona destinada, na Asa Sul, à sede das embaixadas. É circundada por uma larga estrada que corre ao longo do Lago – a via da Universidade – no meio da qual se encontra a Praça Maior, onde se concentram os edifícios de interesse comum à Universidade e à cidade.

Toda a área é cortada por estradas, predominantemente curvas, que pela suavidade contrastam nitidamente com as linhas hieráticas do conjunto monumental da cidade. Essas vias conformam, bem ao meio do *campus*, uma vasta área gramada em torno da qual se situarão os edifícios do Institutos Centrais. Daí, conjugadamente com cada tipo de



Plano Pilôto da Uni

instituto, partem as zonas destinadas às respectivas Faculdades, formando, junto do Instituto de Artes, o núcleo de Arquitetura e Urbanismo. Em seguimento aos Institutos de Matemática, Física e Química, as diversas escolas de engenharia da Faculdade de Tecnologia; próximo ao instituto de Biologia, o setor de Ciências Médicas e, finalmente, junto aos Institutos de Ciências Humanas e Letras, as diversas faculdade do campo das Humanidades.

Uma área especial foi destinada aos serviços gerais, de restaurante, lavanderias, comércio, etc. Entre esse conjunto e o Estádio Universitário, situado num dos extremos do *campus*, se localiza a área de residência de estudantes e professores. Do lado oposto, entre duas avenidas paralelas, se dispõem, em diversas

faixas separadas por muro de árvores, todas abertas ao Lago, as Casas Nacionais da Língua e da Cultura, formando um bairro à parte.

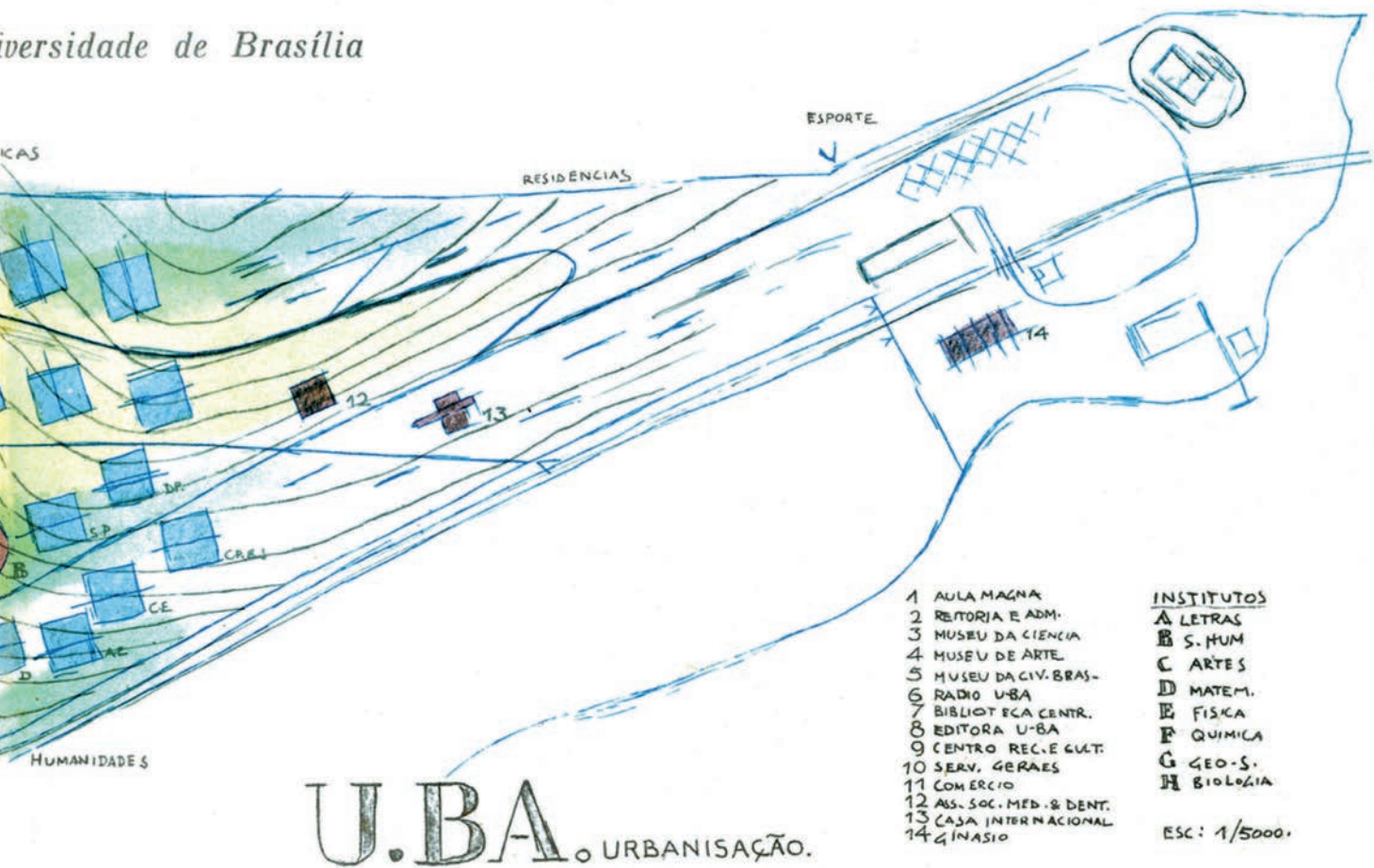
Da Asa Norte, onde no futuro deverão viver cerca de 300 mil habitantes, partem vias de acesso para a Faculdade de Educação, cujas escolas experimentais de nível primário e médio servirão aos moradores vizinhos. Partindo do Eixo Rodoviário, haverá um ao Hospital-Escola, de modo a permitir que toda a população possa atingi-lo rapidamente.

Um dos característicos mais nobres do plano de Lucio Costa para a Universidade de Brasília é o de deixar livre todo o conjunto dos terrenos como um vasto parque aberto à população e que será tratado,

paisagisticamente, com o cuidado de preservar a beleza da vegetação original, enriquecendo-a através do destaque de cada gênero florístico, mediante sua concentração em uma área especial.

Para obter esse efeito, cada conjunto de faculdades, institutos ou serviços complementares será confinado numa quadra bem definida e perfeitamente urbanizada, à qual se tem acesso a partir das vias principais. Dentro das quadras assim conformadas, serão compostos os diversos edifícios alternadamente com jardins, de modo que cada unidade adquira expressão própria e autônoma, dando aos que nela trabalham o sentimento de que vivem numa comunidade ordenada, mas permitindo que ao sair reencontrem no parque geral a paisagem agreste do cerrado.

Universidade de Brasília









Por que criar uma universidade em Brasília



A resposta a esta questão deveria ser óbvia, diante do número de universidades inviáveis com que contamos, a reclamar recuperação ou mesmo fusão que as torne capazes de funcionar adequadamente.

Seria igualmente óbvia se considerássemos as dificuldades com que se defrontam nossas principais universidades para concluir seus programas de obras, equipar seus laboratórios, enriquecer e atualizar o acervo de suas bibliotecas, aperfeiçoar seu pessoal docente e proceder às reformas estruturais reclamadas, há tantos anos, por seus professores e alunos.

A realidade, porém, nos colocava diante de um problema diferente. Não se tratava de saber se convinha ou não criar mais uma universidade, nem de examinar a capacidade de recuperação das nossas escolas superiores, mas de reconhecer que, construindo-se uma cidade no centro do país e nela instalando o governo da República, tornara-se inevitável a instituição de um núcleo cultural que não pode faltar a uma universidade.

Nessas circunstâncias, a área de opção era bem estreita. Tratava-se de escolher entre deixar que surgisse em Brasília, espontaneamente, uma série de escolas superiores precárias, como as que se vêm multiplicando por todo o país e que em breve se aglutinariam em mais uma universidade inviável, ou de aproveitar a oportunidade para, com os mesmos recursos, provavelmente até com maior economia, dotar o país de uma universidade moderna, estruturada nos moldes que vêm sendo recomendados, há tantos anos, pelos nossos mais capazes professores e pesquisadores.

Acresce ainda que os diversos órgãos do poder público, transferidos para uma cidade artificial, necessitam da assistência de centros culturais e científicos que só uma universidade pode prover. Quando estes órgãos se encontravam no Rio de

Janeiro, cidade dotada de tradição cultural própria e servida por grande variedade de instituições científicas, tal assessoramento se processava quase espontaneamente. Especialistas de todos os campos do saber podiam ser chamados a pronunciar-se sobre cada problema, em todas as fases da formulação de soluções por parte do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Com a transferência da capital para uma cidade nova, veem-se os poderes públicos diante do grave risco de perderem esse assessoramento intelectual e científico.

É certo que a nova capital manterá necessariamente estreitos vínculos com os principais centros culturais do país. Mas não poderá depender exclusivamente deles e, sobretudo, não será capaz de compreendê-los, de utilizá-los e de estimular-lhes o desenvolvimento se não constituir-se, ela própria, em centro cultural autônomo, à altura dos melhores.

Aliam-se, pois, um imperativo inelutável e uma necessidade prática para recomendarem a criação, em Brasília, de uma universidade projetada nas mesmas bases dos centros de ensino e de pesquisa que estão revolucionando o mundo moderno.

Nesses termos é que foi pensada a Universidade de Brasília. Suas funções básicas serão:

- ▶ *Ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira.*
- ▶ *Diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica atualmente ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir.*
- ▶ *Contribuir para que Brasília exerça, efetivamente, a função integradora que se propõe*

a assumir, através da criação de um núcleo de ensino superior aberto aos jovens de todo o país e a uma parcela da juventude da América Latina e de um centro de pesquisas científicas e de estudos de alto padrão.

- ▶ *Assegurar a Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do país e torná-la, prontamente, capaz de imprimir um caráter renovador aos empreendimentos que deverá projetar e executar.*
- ▶ *Garantir à nova capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais, para ensejar o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todo o Brasil.*
- ▶ *Facilitar aos poderes públicos o assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover.*
- ▶ *Dar à população de Brasília uma perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo.*

Conjugam-se, pois, vários fatores para ensejar a instituição, no Brasil, de uma universidade moderna, defendida dos principais percalços com que lutam as já existentes, porque planejada à base da experiência dos erros e acertos destas.

Nenhuma dessas funções poderia ser exercida por uma universidade do tipo tradicional. Se tais universidades não conseguem funcionar de modo adequado, mesmo nos principais centros culturais tradicionais, numa cidade artificial e nova, sua réplica estaria condenada a uma mediocridade ainda maior.

A ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

1962

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTOS CENTRAIS

| MATEMÁTICA | FÍSICA | QUÍMICA | GÉO-CIÊNCIAS | BIOLOGIA | CIÊNCIAS HUMANAS | LETRAS | ARTES |
|--------------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|------------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|----------------------------------------|---------------|
| CENTRO DE PESQUISAS DE MATEMÁTICA APLICADA | CENTRO DE PESQUISAS FÍSICAS | CENTRO DE PESQUISAS QUÍMICAS | CENTRO DE PESQUISAS DE RECURSOS NATURAIS | CENTRO DE PESQUISAS BIOLÓGICAS | CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS | CASAS NACIONAIS DA LÍNGUA E DA CULTURA | MUSEU DE ARTE |

FACULDADES

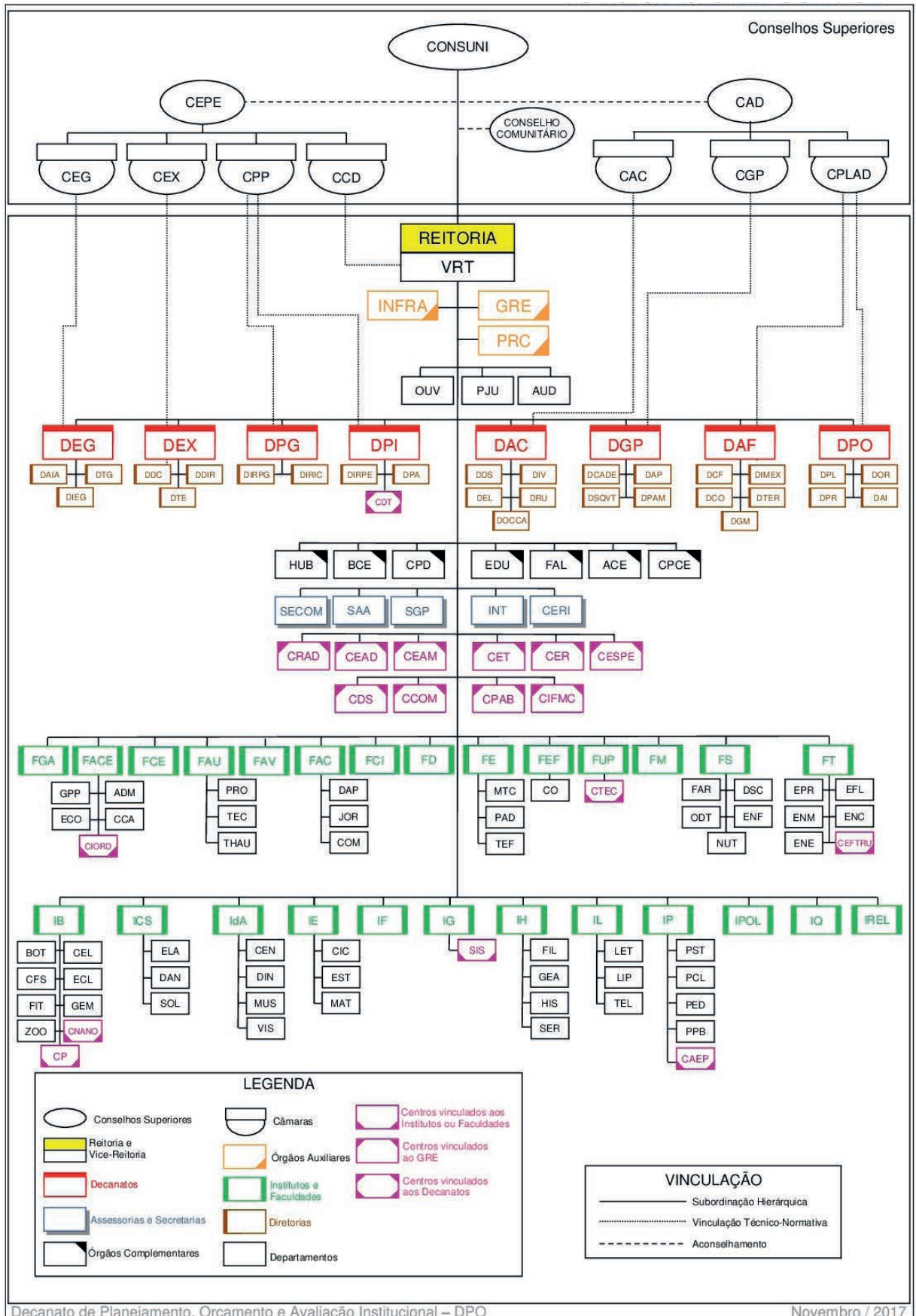
| ARQUITETURA E URBANISMO | ENGENHARIA | EDUCAÇÃO | | DIREITO-ECONOMIA-ADMINISTRAÇÃO - DIPLOMACIA | | | CIÊNCIAS AGRÁRIAS | CIÊNCIAS MÉDICAS |
|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------------------------|------------------|
| CENTRO DE PLANEJAMENTO REGIONAL | CENTRO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS | CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO E MÉDIO | CENTRO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL | CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL | CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS | CENTRO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS | CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DO "CERRADO" | HOSPITAL-ESCOLA |

ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

| | | | | | | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|----------------------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------------|--------------------------|
| BIBLIOTECA CENTRAL | RÁDIO UNIVERSIDADE | MUSEU DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA | MUSEU DA CIÊNCIA | EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA | AULA MAGNA | HABITAÇÕES Pro-fesso- res Estu- dan- tes Fun- cio- nários | ESTÁDIO |
| ↓ | ↓ | | | | | ↓ | ↓ |
| CURSO DE BIBLIOTECÔNOMIA | CURSO DE RADIODIFUSÃO | DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES | CLUBE DOS PROFESSORES | CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO UNIVERSITÁRIO | SERVIÇO MILITAR | CASA INTERNACIONAL | CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA |

Tabela representativa da estrutura da UnB presente no Plano Orientador: a organização da Universidade baseada na integração de três modalidades de órgãos

ORGANOGRAMA 2017





**A MISSÃO DA
UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA**

As palavras de
João Goulart,
Antônio de Oliveira Brito
e Darcy Ribeiro



JOÃO GOULART

Palavras do presidente da República ao sancionar a Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília

Na deliberação de trasladar a capital da República para o Planalto Central, estava já implícito esse ato de criação da Universidade de Brasília, órgão complementar indispensável para dar sentido espiritual e assegurar autonomia cultural ao conjunto de instituições que compõem a cidade-capital.

Não se tratava apenas de acrescentar uma universidade mais às que já temos e nos esforçamos por ampliar e aprimorar. O desafio diante do qual se encontravam os poderes públicos, bem como os intelectuais, os artistas, os professores e estudantes universitários do Brasil, era o de conceber e planejar uma universidade modelada em bases novas que, para todas as demais, constituísse um estímulo e um complemento e que fosse capaz de assegurar à capital da República a categoria cultural que ela precisa ter para o franco convívio e a interação com os outros centros culturais do país.

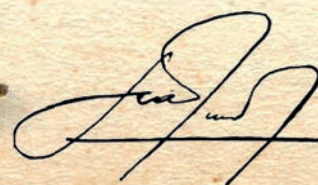
Essa universidade nova é que hoje se institui. Planejada à luz da experiência nacional e internacional. Destinada a cumprir funções específicas de assessoramento aos poderes públicos em todos os campos do saber. Voltada para o cultivo da ciência e da técnica. Comprometida com o estudo e a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo.

Com o objetivo de assegurar à Universidade de Brasília os necessários meios para o cumprimento de tão alta missão cultural, os poderes públicos, através da lei que hoje sanciono, lhe asseguram recursos e regalias especiais. É instituída como uma Fundação para ter a autonomia e ser capaz da responsabilidade indispensável a uma instituição universitária realmente livre. É dotada, pela União, de um patrimônio que lhe permitirá traçar seus próprios programas de expansão.

O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus institutos e escolas a mocidade de todos os estados da Federação. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no país, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreender a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-lo ao serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que esta cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram ao seu planejamento, fazendo da capital da República um motivo de orgulho nacional.

À esquerda, o presidente João Goulart assina a lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília

À direita, seu pronunciamento sobre a missão da UnB



“**Nunca,
em tão curto
espaço, se fez
tanto e tão
bom**”



ANTÔNIO DE OLIVEIRA BRITO,

ministro da Educação e Cultura, diante de um auditório repleto, pronuncia o importante discurso com o qual, em nome do governo da República, deu como inaugurada a mais jovem universidade do Brasil



INAUGURAÇÃO oficial do *campus* da Universidade de Brasília

Entre as comemorações que assinalaram o 2º aniversário de Brasília, a mais importante foi, sem dúvida, a inauguração oficial do *campus* da Universidade. Numa área que, 59 dias antes, ainda se encontrava totalmente coberta pela vegetação típica do “cerrado”, técnicos e candangos, num ritmo de trabalho inédito mesmo nos anais de Brasília, conseguiram erguer dois pavilhões para a hospedagem de professores visitantes e residência de assistentes; um prédio de largas proporções no qual, durante dois anos, funcionarão alguns cursos da Universidade e que, futuramente, será a sede da Faculdade de Educação; um restaurante com capacidade para duas mil refeições diárias; o pavilhão onde se encontra instalado um dos auditórios da Universidade – a tudo isso se somando às obras já iniciadas do edifício destinado a abrigar provisoriamente a Reitoria e diversos serviços auxiliares.

Na cerimônia inaugural, realizada às 10 horas da manhã de 21 de abril de 1962, no auditório cuja montagem fora terminada 20 minutos antes, Antônio de Oliveira Brito, ministro da Educação e Cultura, em nome do governo da República, proferiu um discurso no qual, além de ressaltar o caráter dinâmico e inovador da mais jovem Universidade do Brasil, teve oportunidade de indicar, como missão fundamental da nova instituição, a integração do ensino universitário nos objetivos do desenvolvimento econômico do país.

A oração de Sua Excelência, pela profundidade das suas considerações sobre o estado atual do ensino superior no Brasil e pelo significado histórico de que se reveste, não podia deixar de ser transcrita na íntegra nesta publicação destinada a divulgar o Plano Orientador da Universidade de Brasília.



A mesa que presidiu a cerimônia inaugural do *campus* da UnB, incluindo, entre outras personalidades, o ministro Oliveira Brito, o embaixador Sette Câmara e os professores Hermes Lima e Darcy Ribeiro

Discurso de Antônio de Oliveira Brito

Acontecimentos existem que dizem muito mais que palavras. O que ora estamos vivendo é um deles, e dos mais expressivos. Sonho, ideal, objetivo, organização, luta de Darcy Ribeiro, ajudada, dentre muito poucos, por Juscelino Kubitschek, Vitor Nunes Leal e Cyro dos Anjos, a Universidade de Brasília nasce sob o compromisso de realizar a reintegração da educação nos objetivos do desenvolvimento econômico e social do país. Poderia assim dizer, sem o risco de cometer exagero, a que não estou, aliás, habituado, que, aqui, neste local e neste momento, clamada pelos imperativos dos dias que vivemos, instala-se a Universidade que, sendo a mais jovem, possui já estrutura e alma para servir de exemplo às demais, na caminhada que deverá sem demora iniciar, em busca do ajustamento da formação educacional de nossa juventude às necessidades nacionais.

No primeiro programa de governo, apresentado à Câmara dos Deputados pelo Conselho de Ministros a que pertenço, tive oportunidade de escrever as seguintes palavras:

“País que se industrializa e necessita, cada vez mais, de técnicos de nível superior para as múltiplas tarefas de uma sociedade moderna, continuamos a manter um ensino universitário obsoleto, de alto custo e baixo rendimento, além de inteiramente insuficiente do ponto de vista quantitativo.

O problema mais urgente é o da ampliação de matrícula. Em 1960, 14 mil jovens concorreram às 1.800 vagas oferecidas pelas escolas de Medicina. Nas de Engenharia, apenas 2.800 vagas eram disputadas por 12 mil candidatos. Em 1957, enquanto os Estados Unidos, para cada 100 mil habitantes, mantinham 1.773 estudantes em escolas superiores, o Japão, 690, a França, 410, a Argentina, 383, o Chile, 237 e a Índia 212, o Brasil mantinha apenas 130. Essa situação é agravada pela distribuição dos universitários entre tipos de formação que revelam a sobrevivência de uma estrutura econômica e social já superada. Segundo dados de 1959, no total de apenas 16 mil formaturas universitárias, 21% correspondiam aos cursos de Direito e 29% aos cursos das Faculdades de Filosofia. As escolas de Medicina graduaram no mesmo ano cerca de 1.500 médicos, número que, em relação a uma população de quase 70 milhões de habitantes, exprime a sua condenação às doenças e às endemias. Mais grave ainda é o quadro no setor da Engenharia, pois os novos engenheiros atingiram apenas a 1.400, com nítida predominância da engenharia civil sobre os setores especializados.

O que melhor caracteriza o ensino superior brasileiro é, de um lado, a enorme expansão do número de estabelecimentos sem condições de ministrar formação de nível universitário e, de outro, a timidez das escolas mais antigas, servidas por professores mais experimentados e dotadas de melhor equipamento didático, para expandir seus cursos e suas matrículas. Contamos, hoje, com mais de 400 escolas superiores, porém, apenas 40 delas recebem mais de 500 alunos. Essa situação paradoxal pode ser exemplificada com a expansão das matrículas no ensino médio, que se vem fazendo quase exclusivamente pela criação de novos estabelecimentos, já que os antigos congelaram, quando não restringiram progressivamente, o número de vagas postas em concurso, até reduzi-las a uma quarta parte do que eram há 20 anos.

Outra deficiência do ensino superior brasileiro é a uniformidade e a rigidez dos padrões curriculares, que limitam a duas dezenas as modalidades de formação, reduzindo-as às carreiras tradicionais, quando o desenvolvimento

da ciência e da técnica estão a exigir formas mais flexíveis e diversificadas de procedimento, que permitam descobrir e encaminhar talentos para tantos os ramos do saber e para todas as atividades requeridas pela vida moderna”.

Consciente da expansão do ensino nos ramos do saber onde a demanda de profissionais e técnicos é mais reclamada pelas necessidades brasileiras, empenhei-me, junto aos reitores e diretores de estabelecimentos, pelo aumento de matrículas nas primeiras séries de Medicina e Engenharia. Pesa-me revelar que o resultado obtido longe está de corresponder às expectativas do governo, que nada pedia para si, mas apenas reclamava, em nome do povo que mantém o ensino com o suor do próprio rosto, maior compreensão dos responsáveis pela formação educacional da juventude, pedindo sua atenção para a necessidade de abrirem, mais e mais, as portas das universidades, de tal modo que delas possa o país retirar maior rendimento econômico e social. Em Medicina, o aumento não chegou a 300 novas matrículas e em Engenharia foi da ordem de 700. Esse resultado demonstra à sociedade que pouco ou nada teremos a aguardar da estrutura arcaica de nossas universidades. Acasteladas numa autonomia nem sempre invocada para a defesa de princípios ligados ao interesse do ensino e ao bem-estar da coletividade; organizadas na base de cátedras vitalícias, a que muitas vezes se empresta o conceito de propriedade, não se apercebem que é imperativo, não apenas no patriotismo, mas, sobretudo, de sua própria sobrevivência, se enquadrarem, já e já, no processo de desenvolvimento do Brasil, dando ao seu progresso aquela contribuição que a nação toda delas espera.

A Universidade de Brasília surge, porém, com organização igual à das universidades mais modernas, daquelas que caminham à frente do desenvolvimento do seu país, através do planejamento econômico e social, da intensificação da pesquisa técnico-científica e da formação de profissionais e técnicos de todos os níveis. Nasce, sobretudo, com alma, com espírito de Darcy Ribeiro, de quem se pode discordar, mas em cuja fé nos princípios que defende só encontramos devoção à pátria, em cuja inteligência só alcançamos motivos de justa admiração e de cuja capacidade de realização esta obra é atestado irrecusável.

Em 30 dias, completa-se a estrutura jurídica da Universidade; em 40, organizam-se os cursos e realizam-se os exames vestibulares; em 49, constrói-se o bloco 1 e, em 32, o bloco 2, nos quais são empregados 7 mil sacos de cimento, 50 toneladas de ferro, 18 mil tábuas, 25 mil metros cúbicos de areia, 20 mil de pedras, 1.500 metros quadrados de mármore, 120 mil tijolos, 15 mil caibros, 5 mil quilos de pregos, 1.500 metros quadrados de impermeabilização, 420 de esquadrias e 200 de lambris.

Nunca, em tão curto espaço, se fez tanto e tão bom.

É a nova brica que balança a universidade brasileira, impelindo-a para os rumos traçados pelos imperativos do progresso material e espiritual do nosso povo. É a nova ordem ditada pela consciência nacional, convencida de que já não há um minuto a perder na luta do desenvolvimento econômico

e social do país, cuja base se encontra na educação do povo. É a tomada de posição do educador brasileiro de espírito jovem, certo de que a construção escolar deve ser a mais simples, a mais singela e a mais aprazível; convicto de que é reclamo nacional a pronta ampliação do número de vagas oferecidas pelos estabelecimentos federais de ensino superior, especialmente nos ramos técnico e científico, a fim de reduzir o custo anual do aluno, mobilizar os recursos didáticos sub utilizados e satisfazer à necessidade de médicos e enfermeiras que possam atender o interior do país, e de engenheiros e técnicos capazes de incrementar o progresso da nação.

É o espírito, em suma, de Darcy Ribeiro, a serviço de um ideal e ao qual se associam a devoção e capacidade de seus colaboradores imediatos, dentre os quais não posso deixar de citar Victor Nunes Leal, em que sobram inteligência, saber e organização.

Com estas palavras, minhas senhoras e meus senhores declaro, em nome do governo do qual me honra fazer parte, inaugurada a Universidade de Brasília — e agradeço a presença de quantos vieram distinguir-nos comparecendo a esta solenidade, ao tempo em que aponto ao reconhecimento da nação os presidentes João Goulart, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves pelo inestimável concurso que deram à realização do monumento vivo que esta Universidade será para o enriquecimento material e cultural do povo brasileiro”.



*Palavras do ex-reitor
narram sua saga para
fazer nascer a UnB*

DARCY RIBEIRO



Assim que Juscelino Kubistchek assumiu a Presidência, seu compromisso de criar Brasília, mudando a capital para o interior, tornou-se o principal tema de debate nacional. Toda a mídia e todas as bocas discutiam Brasília, surgindo as mais variadas interpretações do que viria a ser. Algumas vezes figuravam a nova capital como tendo que ser feita no meio da selva selvagem, onde só viviam índios também selvagens. Isso me irritou muito. Eu era um dos poucos intelectuais que tinha vivido para além das fronteiras da civilização, conhecia inclusive a região onde Brasília seria implantada.

Expressei minha reação em um programa, na TV Tupi, em que dizia que Brasília ia ser plantada no cerrado goiano, onde não havia mata nenhuma, acrescentando que, no local, já havia algumas cidades, uma delas fundada em 1720.

Sugeri, naquele programa, que muito mais razoável que a programação da capital nova seria retomar as ideias de um século atrás, de ligar com um canal o sistema Tocantins-Araguaia com o sistema Paraná-Paraguai, criando uma nova costa brasileira instalada numa via navegável que iria de Belém a Buenos Aires. Se isso fosse feito desapropriando terras ao longo dessa via para implantar lavradores pobres, o projeto permitiria realmente arrancar os brasileiros que estavam concentrados na praia e lhes dar perspectivas novas de progresso.

Minha ideia chegou a ser discutida. Chegou inclusive aos ouvidos de JK, para quem eu me tomei visível. Tinha já as qualidades de mineiro de uma família do PSD, um tio meu era deputado federal. Muito mais valeu, porém, para Juscelino, minha oposição de intelectual, a Brasília, e minha sugestão alternativa de adotar outras formas de interiorização do Brasil.

Segue-se a esse episódio o concurso internacional para a urbanização de Brasília e a divulgação do plano admirável de Lucio Costa para a nova capital – um dos mais altos e belos documentos da cultura brasileira. Divulga-se também que a arquitetura de Brasília seria entregue a Oscar Niemeyer, o único gênio brasileiro. Nessas bases é que eu aderi aos planos de JK. Reconheci que a criação de uma cidade-capital, sede de todos os poderes e da cabeça das forças armadas no centro do Brasil, teria o efeito que teve a descoberta do ouro em Minas Gerais. Ataria todas as províncias brasileiras desgarradas por imensas distâncias umas das outras porque em lugar de inclinar-se para o Rio de Janeiro, na costa Atlântica, todos se voltariam para o novo núcleo reitor, que seria a nova capital, situada no centro do Brasil.

Nessa ocasião, eu trabalhava no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que tinha o encargo de planejar o ensino primário e o médio da nova capital, sob a direção de Anísio Teixeira. Comecei então a arguir sobre a necessidade de criar também uma universidade e sobre a oportunidade extraordinária que ela nos daria de rever a estrutura obsoleta das universidades brasileiras criando uma universidade capaz de dominar todo o saber humano e de colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional.

Encontrei logo adesões e oposições. Essas últimas partiram de assessores de JK, que queriam a nova capital livre de badernas estudantis, assim como de greves de operários fabris. Foram crescendo, porém, as ondas de apoio, que vinham, sobretudo, dos grandes cientistas brasileiros, que se juntavam na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O decisivo, porém, foi alcançar o apoio de Cyro dos Anjos e de Victor Nunes Leal, respectivamente subchefe e chefe da Casa Civil. Ambos passaram a falar ao presidente do imperativo de criar-se uma universidade em Brasília. Conseguiram inclusive que ele, por decreto, me desse o encargo de projetar uma universidade para a nova capital. Eu andava sempre pelo Palácio do Catete, como encarregado que era de colaborar

na redação das mensagens presidenciais, inclusive de redigir o capítulo da Educação. Nesse trabalho, atribuindo ideias à presidência da República, é que me aprofundei no estudo dos sistemas educacionais, inclusive das formas de organização das universidades.

Armado com a autoridade que me dava o referido decreto, passei a reunir cientistas, artistas, filósofos para discutir a forma que deveria ter a futura Universidade. Terminei por redigir um documento muito divulgado, que englobava uma crítica severa à universidade que tínhamos e a proposição de uma universidade de utopia. Nisso estávamos, quando fui chamado ao Catete para falar com o presidente. Ele me disse que tinha sido procurado por dom Hélder Câmara, que lhe comunicara o propósito que tinha a Companhia de Jesus de criar em Brasília uma universidade jesuítica, sem ônus para o governo, acrescentando que a principal universidade de Washington era uma universidade católica. O presidente me disse que, entre meu projeto e o jesuítico, ele lavava as mãos. Suspeitei logo que ele já tivesse optado pelo projeto de uma universidade religiosa.

Vivi uma semana de desespero, vendo ruir o sonho da minha universidade de utopia, que era já, então, a ambição maior da intelectualidade brasileira como caminho de renovação do nosso ensino superior e de desenvolvimento da ciência. No meio desse meu desengano, tive a ideia de apelar para os cães de Deus, os dominicanos, que tradicionalmente opunham reservas aos projetos jesuíticos.

Procurei em São Paulo o geral, no Brasil, da Ordem, que era frei Mateus Rocha, e lhe expus o meu problema. Argumentei que o Brasil tinha oito universidades católicas, quatro delas pontifícias, que formavam milhares de farmacêuticos e dentistas, mas não formavam nenhum teólogo. Propus entregar aos dominicanos a criação de um Instituto de Teologia Católica dentro da Universidade de Brasília. Seria um ato revolucionário, porque a teologia, expulsa das universidades públicas desde a Revolução Francesa, a elas voltaria, justamente na mais moderna Universidade que se estava criando naqueles anos. Houve reações adversas à minha iniciativa, inclusive a de um eminente cientista, que me acusava de trair a tradição laicista da educação.

Frei Mateus foi a Roma procurar o santo papa João XXIII, em companhia do geral dos Dominicanos – o chamado papa branco –, e lhe fez a entrega de minha proposta. Soube logo, por telegrama, que o papa tinha aquiescido. Tempos depois fui receber frei Mateus, pedindo o documento papal. Ele me disse que o papa não escreve cartas nem faz promessas. Que toda a Igreja naquele momento sabia que não haveria universidade jesuítica em Brasília, estando aberto espaço para nós.

Enorme foi a surpresa de Juscelino quando lhe contei as minhas *démarches*. O que se seguiu, porém, foi um ato dele encarregando o ministro da Educação e um grupo de canastrões, inclusive Pedro Calmon – que era, há dezoito anos, o reitor da Universidade do Brasil –, de programar uma universidade para Brasília. Eu seria uma voz isolada naquela convenção, destinada a perder a parada. Minha reação foi escrever um documento dirigido aos principais cientistas e pensadores brasileiros, comprometendo-os com o projeto que eu havia elaborado e para o qual pediria o apoio da referida Comissão. O certo é que a Comissão acabou por mandar ao presidente o nosso projeto. Provavelmente porque enorme seria a celeuma se quisessem fazer em Brasília mais uma universidade federal.

A 21 de abril de 1960, Juscelino manda ao Congresso Nacional uma mensagem pedindo a criação da Universidade de Brasília. Seguiu-se para mim um longo trabalho, primeiro nas Comissões da Câmara dos

“Armado com a autoridade que me dava o referido decreto, passei a reunir cientistas, artistas, filósofos para discutir a forma que deveria ter a futura universidade. Terminei por redigir um documento muito divulgado, que englobava uma crítica severa à universidade que tínhamos e a proposição de uma universidade de utopia.”

Deputados, para conseguir a aprovação de uma lei libertária da criação em Brasília de uma universidade inovadora. Nesse trabalho, contei com a colaboração de San Tiago Dantas, que deu forma ao Projeto de Lei, instituindo a universidade como uma organização não governamental, livre e autônoma, de caráter experimental e dotada de imensos recursos para constituir-se e para funcionar.

Adveio o breve governo de Jânio Quadros, que me confirma por decreto na qualidade de coordenador de planejamento da Universidade de Brasília. Em seu governo, adiantamos muito na fixação do terreno onde ficaria o *campus* da Universidade, entre a Asa Norte e o Lago. Contribuí poderosamente para isso o plano urbanístico da Universidade, proposto por Lucio Costa.

Nessa quadra, vendo que a universidade era inevitável, Israel Pinheiro lhe concedeu um vasto terreno, seis quilômetros distante da capital. O propósito era afastar a agitação estudantil do centro de poder da capital. Aceitei a doação, destinando-a a criar ali um centro agrícola de estudo de uma tecnologia para o cerrado.

No dia da renúncia de Jânio Quadros, passei no gabinete da Presidência e senti ali um ambiente de incontrolável tensão. Mas ninguém me adiantou nada. O secretário do Presidente, José Aparecido de Oliveira, sugeriu que eu fosse para a Câmara. Lá, só lá, soube da renúncia, no meio de uma Câmara perplexa, porque havia acabado de aceitar a renúncia como um ato unilateral, que não cumpria discutir, mas apenas tomar conhecimento. A sessão estava por encerrar-se, o que ninguém queria.

Acerquei-me então do presidente da Mesa, deputado Sérgio Magalhães, e lhe pedi que pusesse em discussão o projeto de criação da Universidade de Brasília, que era o número dezoito da Ordem do Dia. Ele reagiu instantaneamente, tratando-me de louco. Mas instantaneamente percebeu que, ali, o único homem de juízo era eu. Mandou que eu descesse a Plenário para conseguir que um líder propusesse a mudança da Ordem do Dia. Quando eu ainda tentava convencer o deputado Josué de Castro a fazê-lo, o presidente Sérgio Magalhães anunciou que, tendo sido aprovado o requerimento do líder do PTB, punha em discussão e mandava ler o projeto de criação da Universidade de Brasília. O que se seguiu foi o tumulto de uma Câmara que demorou alguns minutos a perceber do que se tratava – que era fazê-los exercer suas funções, discutindo uma lei de suprema importância. Os debates foram acalorados entre a UDN, como sempre contrários aos projetos do governo, e os outros partidos, com o pendor de aprová-lo. O mais veemente discurso contrário foi o do velho Raul Pilla, ponderando que, se nossos pais e avós mandavam seus filhos estudarem em Coimbra, bem poderia o povo de Brasília mandar os seus para as antigas universidades, sem incorrer no risco de criar aventureiramente uma universidade em uma cidade apenas nascente. Na votação, o projeto da Universidade de Brasília foi aprovado com grande margem favorável.

Comecei meu trabalho então junto ao Senado, que aquiescia verbalmente às minhas proposições, mas não parecia disposto a aprovar o projeto. Procurei então o primeiro-ministro, Hermes de Lima, pedindo conselhos. Ele me disse que tinha uma boa solução, mas estava certo de que eu não a acolheria: era procurar o líder Filinto Müller, pedindo que ele conduzisse o debate da Universidade no Senado. Horrorizei-me. Tratava-se de aproximar dois extremos simbólicos – o meu de esquerdista e o de Filinto Müller, direitista.

Procurei o senador Filinto Müller e pedi o seu apoio. Ele convidou-me para um chá em sua casa, onde comemos os excelentes bolos que sua senhora fazia. Mal ouviu parte da exposição que eu queria fazer, justificando a organização da nova universidade, ele disse-me: – Não se



Foto: Cedoc/Arquivo Central UnB

Em 1995, o idealizador da Universidade de Brasília recebeu título de doutor *honoris causa* na instituição

Darcy Ribeiro discursa durante a inauguração da Universidade de Brasília, em 1962, no auditório Dois Candangos

inquieta, professor. O problema agora é meu. Breve eu lhe farei saber quando será a discussão final em plenário.

Efetivamente, pouco tempo depois ele me chama, me faz sentar numa cadeira lateral para ouvir os debates sobre o projeto de criação da nova universidade. Eu os ouvia atentíssimo, sobretudo o senador Mem de Sá, que num longo discurso argumentava que, sendo o professor Darcy Ribeiro sabidamente um intelectual inteligente e competente; sendo também inegavelmente um homem coerente; e sendo, para arrematar, um reconhecido comunista, fiel ao marxismo, a universidade que propunha só podia ser uma universidade comunista. Como tal, inaceitável para o Senado. Seguiu-se a votação e o projeto da universidade foi aprovado por imensa maioria. Eu tinha em mãos, pois, toda uma lei admirável que deveria pôr em execução.

Minha primeira providência foi discutir com Anísio Teixeira se o reitor deveria ser ele, que nesse caso teria de mudar-se para Brasília, ou se seria eu. Anísio, em sua generosidade, aceitou o cargo de meu vice-reitor, o que comuniquei a Hermes Lima e assim saiu o decreto do presidente João Goulart que me fazia fundador e primeiro reitor da Universidade de Brasília.

Os meses e anos seguintes foram os da alegria de dar nascimento à Universidade de Brasília, transfigurando a ideia em coisa concreta. Dela tive de afastar-me, primeiro para ser ministro da Educação e depois para ser chefe da Casa Civil. Anísio assumiu a reitoria fazendo frei Mateus Rocha, que levava adiante com todo entusiasmo a edificação do Instituto de Teologia Católica, o seu vice-reitor. Graças às funções que eu exercia na máquina do Estado, pude ajudar muito a Universidade. Por exemplo, na sua edificação, no equipamento de seus laboratórios e conseguindo residências para os professores que começavam a chegar às dezenas. Assim a Universidade foi crescendo e desdobrando suas potencialidades, até que o golpe militar que se abateu sobre o Brasil, regressivo e repressivo, caiu sobre ela com toda a fúria.





ARTIGOS

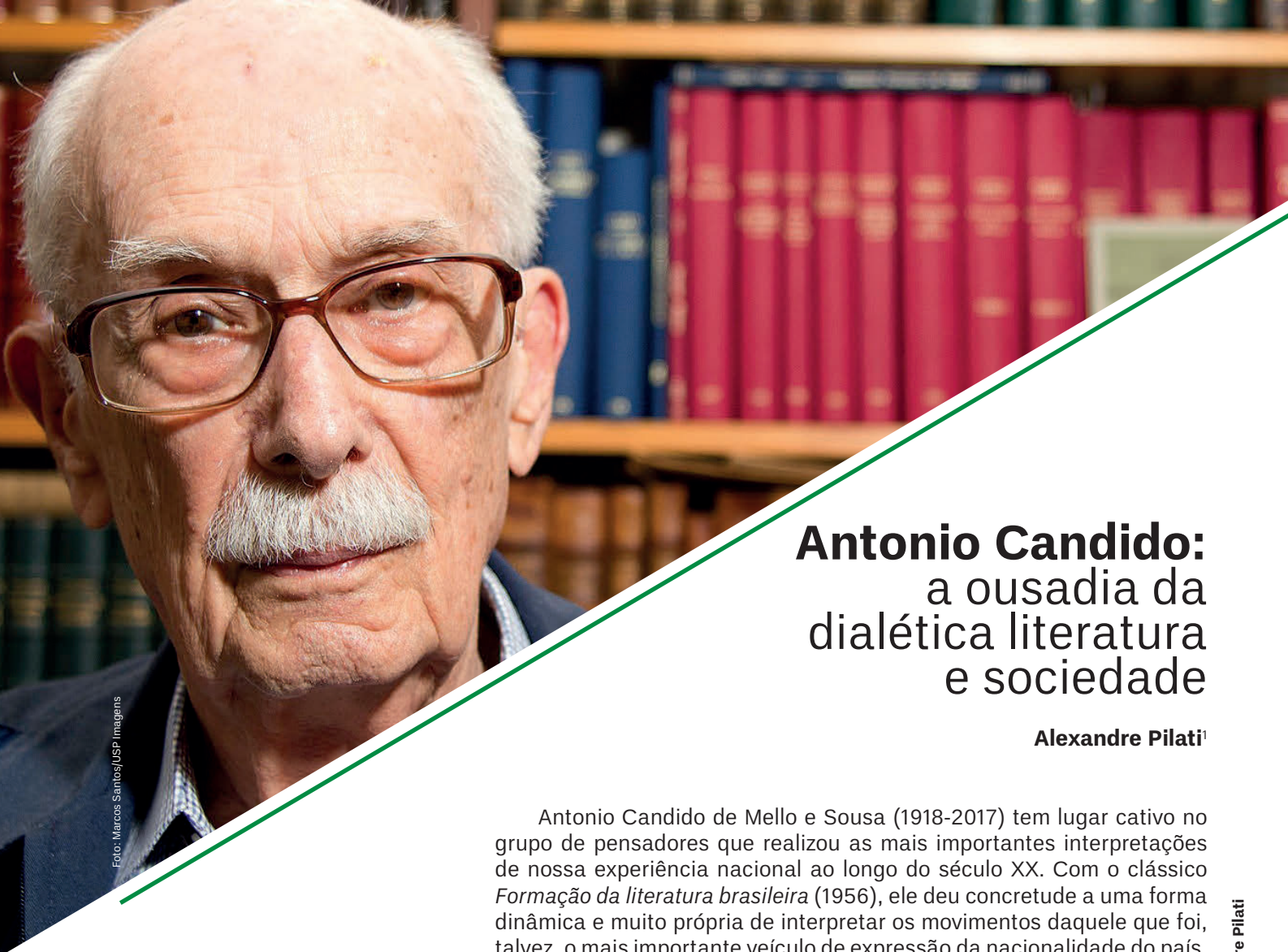


Foto: Marcos Santos/USP Imagens

Antonio Candido: a ousadia da dialética literatura e sociedade

Alexandre Pilati¹

Antonio Candido de Mello e Sousa (1918-2017) tem lugar cativo no grupo de pensadores que realizou as mais importantes interpretações de nossa experiência nacional ao longo do século XX. Com o clássico *Formação da literatura brasileira* (1956), ele deu concretude a uma forma dinâmica e muito própria de interpretar os movimentos daquele que foi, talvez, o mais importante veículo de expressão da nacionalidade do país, ao menos até a segunda metade do século XX: a literatura. Nessa obra, com o desenvolvimento da noção de “sistema literário”, Candido dotou os estudos literários nacionais de uma ferramenta fundamental para a interrogação da formação da cultura brasileira. Entretanto, se “sistema literário” é, por assim dizer, a categoria base desse livro, ficou demonstrado posteriormente pelos estudiosos da obra de Candido que tal conceito não precisa restringir-se ao campo da literatura, podendo ser utilizado para pensar a maneira como os brasileiros desejaram representar-se através dos tempos com as ferramentas culturais que lhes estavam disponíveis (música, cinema, canção, artes plásticas), sempre atravessadas pela dialética entre cosmopolitismo e particularismo.

É preciso ressaltar, para de fato aquilatar a importância desse estudo clássico, que *Formação da literatura brasileira* não é apenas um livro de historiografia literária, como a princípio se poderia pensar. Sua ousadia se acha, sobretudo, na maneira como não adere a nenhuma abordagem conservadora da cultura nacional. Nessa obra fica desenvolvido, em ato e sem pré-moldados teóricos, um método muito peculiar de estudo

¹ Professor de Literatura Brasileira da Universidade de Brasília. É autor de *A nação drummondiana* (7Letras, 2009) e organizador de *O Brasil ainda se pensa – 50 anos de formação da literatura brasileira* (Horizonte, 2014), entre outros.

da literatura brasileira. A linhagem evolutiva que a *Formação* descreve é delimitada a partir da leitura das obras mais significativas do que Candido nomeia como os “momentos decisivos” da consolidação do sistema literário nacional, ou seja, os períodos Arcade e Romântico. Um elemento de intensa e produtiva originalidade presente nesse livro é a maneira como os movimentos gerais da história literária são intuídos a partir de uma crítica muito refinada das obras dos períodos enfocados. Assim, o que o leitor encontra, para além de uma listagem de livros e de autores ordenados cronologicamente, é uma leitura obstinadamente crítica dos textos literários do período, a partir do critério da expressão local, num primeiro momento (Arcade) vazada em nativismo e num segundo momento (Romântico) erigida à dimensão de nacionalismo. Candido efetiva, então, na prática, um exercício ousado de historiografia literária, pois os resultados desta dependem em grande medida da maneira como as obras literárias são individualmente lidas, comentadas e postas em relação dinâmica com as demais. É nesses termos que podemos considerar o conceito de “sistema literário”, algo que opera além dos limites de uma noção sociológica, que explicaria a literatura como “um aspecto orgânico da civilização”. Conforme se pode inferir da leitura completa de *Formação da literatura brasileira*, “sistema literário” é um conceito relacionado também com a noção de desenvolvimento local de formas literárias próprias que facultam uma abordagem progressivamente mais intensiva de temas específicos da vida à periferia do capitalismo. É por isso que Candido sugere como momento de síntese do sistema literário brasileiro a obra de Machado de Assis, autor que, pela primeira vez e de modo complexo, nacional e negativo, erigiu um olhar periférico, literariamente consequente e original sobre o circuito universal da cultura e da ordem social do ocidente.

Desse modo, na *Formação da literatura brasileira*, em alguma medida, Antonio Candido já estava realizando, em termos de prática historiográfica renovada pelo compromisso rigoroso com a crítica das obras e com a sistematização delas em relação dinâmica com o contexto, o que seria, em sua vasta obra, o enfoque determinante do texto literário. Como ele mesmo diz em um dos prefácios do igualmente paradigmático *Literatura e sociedade* (1965): nos seus estudos, a “função da produção literária é referida constantemente à estrutura da sociedade”. Isso não implica simplesmente incrementar a análise literária com o arcabouço conceitual das ciências sociais, como poderia imaginar um apressado leitor ávido por perceber na literatura a representação da aparência de uma sociedade. O legado de Antonio Candido registra o sentido inverso dessa formulação, isto é: trata-se, isso sim, de incrementar a visão das contradições da sociedade a partir da análise literária. O resultado é que a literatura, para ele, transforma-se em um aspecto da produção cultural decisivo para a compreensão aguda da dinâmica social e histórica. Nesse escopo, Candido procura dar consistência local ao que de melhor a tradição universal dos estudos literários conseguiu formular em termos de relação entre literatura e sociedade. Como fica registrado no prefácio já mencionado, o autor nos ensina que é essencial para o trabalho crítico “averiguar como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto de ela poder ser estudada em si mesma; e como só o conhecimento desta estrutura permite compreender a função que a obra exerce”. Dessa forma, uma grande lição que todos aprendemos com Antonio Candido tem a ver com a maneira como se deve, com obstinação, perseguir a relação entre texto e contexto mantendo sempre a vigilância para que

““ O legado de Antonio Candido registra o sentido inverso dessa formulação, isto é: trata-se, isso sim, de incrementar a visão das contradições da sociedade a partir da análise literária”

tal relação não derive para algo mecanicista, conteudista ou superficial. Buscar a sociedade nas entranhas de uma obra, que de fato a processa, é escapar ao denominado “sociologismo vulgar”, que almeja equiparar texto e contexto, desconsiderando o processo estruturante que sofre o processo social ao se tornar texto. A visão de Candido, portanto, conhece sua força na maneira como a agudeza do olhar social não cancela a sensibilidade do olhar sobre o literário como fato relativamente autônomo, dotado de leis próprias, que é preciso compreender em específico.

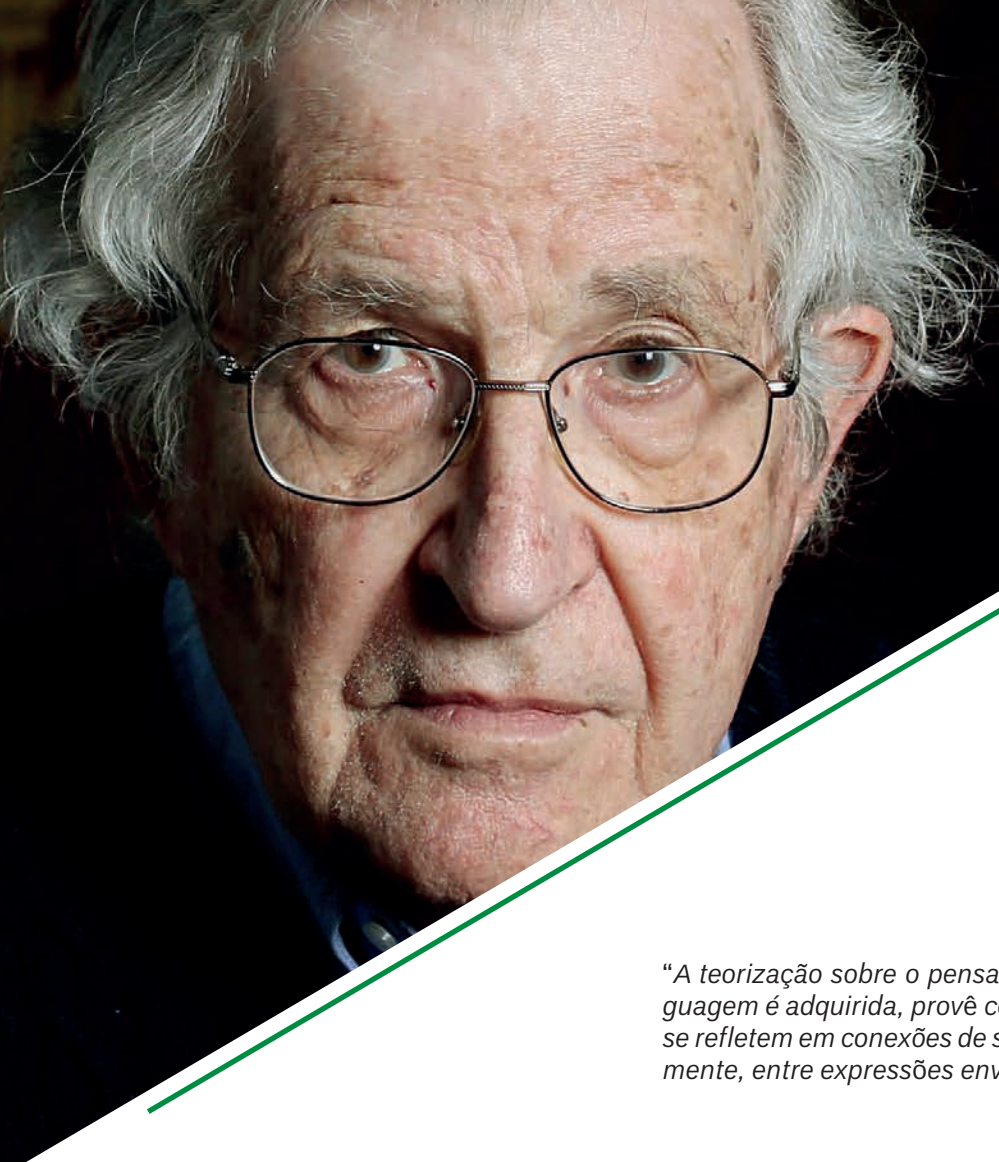
O núcleo interpretativo de *Formação da literatura brasileira* e a chave crítico-teórica desenhada claramente em “Crítica e sociologia” serão articulados e desenvolvidos em outros níveis de alcance político e literário em diversos textos de Antonio Candido. Sob esse aspecto, é digno de lembrança um conjunto de textos que também está entre as mais ousadas análises da relação entre a formação iníqua da nação e o desenvolvimento de uma forma de expressão própria, capaz de conferir universalidade ao problema muito brasileiro do subdesenvolvimento. No volume *A educação pela noite*, acham-se alguns desses ensaios que procuram atualizar, de modo ainda mais profundamente político, o sentido histórico da construção do “sistema literário” brasileiro e a análise dos impasses inerentes à evolução dessa forma cultural. São eles: “Literatura de dois gumes” (1969), “Literatura e subdesenvolvimento” (1973) e “A nova narrativa” (1979). É de se notar que os três textos foram redigidos e tornados públicos durante a ditadura militar e apresentavam uma dialética entre o passado e o presente que dava (e ainda dá) o que pensar a respeito de elementos decisivos para a condição de subdesenvolvimento agravada à época por um regime de exceção. No caso de “Literatura de dois gumes”, Candido recupera a análise da literatura brasileira como elemento social que conheceu uma evolução dialética, ou seja, de duplo gume: se a literatura foi arma do colonizador e depois das elites locais letradas, jamais deixou de ser permeável à expressão dos desejos e experiências vitais dos que, de alguma forma, estavam excluídos do processo de formação nacional. Em “Literatura e subdesenvolvimento”, o processo de formação nacional é visto a partir do modo segundo o qual a literatura é capaz de exprimir uma certa consciência do país. A acumulação histórica aqui narrada nos conduz à evolução da consciência literária em relação ao Brasil, de “consciência amena” a “consciência catastrófica” do atraso. Com a leitura desses textos, concluímos que, duas décadas depois da publicação de *Formação da literatura brasileira*, Antonio Candido ainda se inquietava com os diversos matizes do processo formativo e ousava radicalizar politicamente o alcance do argumento, considerando de modo cabal as iniquidades sociais e as marcas de classe da nossa produção literária. “A nova narrativa” é um ensaio central para a compreensão de um elo evolutivo da progressão de nosso sistema literário. Nele Candido procura mapear a produção que lhe era contemporânea ao fim da década de 1970 e dá excelentes sugestões para a reflexão crítica a respeito de certa sintomatologia do fim da “síndrome nacional” da literatura brasileira e dos caminhos formais escolhidos por autores-chave do tempo, que, de resto, ainda estão por ser levados à apreciação crítica consistente. Desses textos, todos nós que estudamos Antonio Candido levamos a lição de que a análise da forma literária é incrementada, criticamente e politicamente, quando se buscam as raízes históricas daquela manifestação que se está procurando analisar. A consideração da literatura brasileira em contexto periférico e na relação com um sistema robusto que é capaz de produzir uma “causalidade interna” é decisiva para

a consistência política da análise dos textos em si mesmos. O horizonte problemático da nação, assim, é elemento primordial na observação do alcance universal de nossos melhores autores e, ao contrário do que pode parecer, agrega ainda mais refinamento à sensibilidade propriamente estética no trato da matéria literária.

Nesse âmbito também Antonio Candido produziu incontáveis textos em que o apuro da leitura crítica não era depreciado pela tenacidade da visão política acerca da realidade e da própria literatura. Foi assim que ele colocou em prática outro princípio que estava presente em *Formação da literatura brasileira*, o da “crítica viva”. Como disse no clássico de 1956, a crítica literária vive, basicamente, da preservação, por meio de ferramentas racionalizantes de análise, da intuição primeira do leitor comum que está, por assim dizer, “dentro” do crítico profissional. A literatura, sob essa concepção, surge, substancialmente, como uma forma de comunicação inter-humana. Com essa sensibilidade, Candido legou à crítica literária brasileira alguns ensaios que são fonte interminável de questões para estudiosos dos mais diversos autores da literatura brasileira. O resgate ousadamente politizado de clássicos de nossa literatura pode ser visto, por exemplo, em: “Inquietudes na poesia de Drummond” (1965), “Esquema de Machado de Assis” (1968), “Dialética da malandragem” (1970), “De cortiço a cortiço” (1973) e *Ficção e confissão* (1956), conjunto de textos sobre a obra de Graciliano Ramos. A ousadia de método que empreendeu desses clássicos nacionais renovou a forma como eram vistos em seu tempo e apontou desdobramentos críticos que renderam muitos outros estudos inovadores dessas obras.

Nem de longe essas poucas linhas dão conta da imensa contribuição de Antonio Candido ao pensamento literário do Brasil, estruturado sobre um sentido de profundo humanismo. Este, aliás, é um princípio-guia de seu olhar sobre sociedade e literatura, é o lastro da ousadia renovadora de seu pensamento. Uma lição que pode ser resumida com sua concepção de socialismo, registrada em entrevista concedida a uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): “Chamo de socialismo todas as tendências que dizem que o homem tem que caminhar para a igualdade e ele é o criador de riquezas e não pode ser explorado. Comunismo, socialismo democrático, anarquismo, solidarismo, cristianismo social, cooperativismo... tudo isso. Esse pessoal começou a lutar para o operário não ser mais chicoteado, depois para não trabalhar mais que doze horas, depois para não trabalhar mais que dez, oito; para a mulher grávida não ter que trabalhar, para os trabalhadores terem férias, para ter escola para as crianças. Coisas que hoje são banais. Conversando com um antigo aluno meu, que é um rapaz rico, industrial, ele disse: ‘o senhor não pode negar que o capitalismo tem uma face humana’. O capitalismo não tem face humana nenhuma. O capitalismo é baseado na mais-valia e no exército de reserva, como Marx definiu. É preciso ter sempre miseráveis para tirar o excesso de que o capital precisar. E a mais-valia não tem limite.”

A trajetória crítica de Antonio Candido continuará a nos ensinar a ousadia de enxergar a sociedade pela face humana da literatura, para melhor resistirmos à supressão dos direitos e à massificação dos diversos fundamentalismos desumanos, que infelizmente florescem de modo veloz no mundo contemporâneo.



Noam Chomsky: um intelectual orgânico

Rozana Reigota Naves¹

“A teorização sobre o pensamento humano, no âmbito da qual a linguagem é adquirida, provê conexões necessárias entre conceitos, que se refletem em conexões de significados entre palavras e, mais amplamente, entre expressões envolvendo essas palavras.”

(Noam Chomsky)²

Essa epígrafe situa a visão epistêmica daquele que tem sido considerado um dos maiores pesquisadores do século XX: Noam Chomsky, linguista norte-americano, professor emérito do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e, atualmente, professor na Universidade do Arizona. Nesse trecho, ao tempo em que define a linguagem como a expressão do pensamento, relaciona-a com a capacidade humana de criar conceitos (em nível abstrato) e especula sobre a forma da relação entre linguagem e mente.

Ao debruçar-se sobre esses temas ainda nos anos 1950, Chomsky contribuiu decisivamente para a revolução cognitiva no domínio das ciências humanas, rompendo com a perspectiva behaviorista dos estudos sobre os comportamentos observáveis e trazendo à discussão os mecanismos internos, os processos mentais do pensamento e da ação humanos. Em sua obra *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), definiu as questões que passaram a constituir um novo programa de investigação no campo da linguagem: a) O que é o conhecimento linguístico?; b) Como esse conhecimento

¹ Professora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Pesquisadora na área de teoria e análise linguística, com interesse na interface entre sintaxe e semântica. E-mail: rnaves@unb.br.

² CHOMSKY, Noam. *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2000.

é adquirido?; c) Como esse conhecimento é utilizado?; d) Como esse conhecimento encontra-se representado na mente/no cérebro?; e) Como esse conhecimento emerge na espécie humana?

Responder essas perguntas representa o objetivo central do arcabouço teórico inaugurado por Chomsky, o qual ficou conhecido como Teoria (ou Gramática) Gerativa. O grande desafio está em identificar as propriedades da faculdade humana da linguagem. Parte-se do pressuposto de que a habilidade de usar signos linguísticos para expressar pensamentos livremente é específica da espécie humana e, portanto, biologicamente definida e de desenvolvimento recente sob uma perspectiva evolucionista, que explica essa forma de organização intelectual aparentemente única, responsável pela história, pela diversidade, pela cultura e pelo sucesso biológico dos seres humanos, em comparação a outras espécies animais.

Nesse contexto, o pesquisador retoma autores clássicos, como o filósofo David Hume, o físico e matemático Galileu, o linguista Wilhelm von Humboldt (a quem associa à primeira revolução cognitiva no campo da linguagem no século XVIII) e os gramáticos de Port-Royal, que anteriormente já haviam dado relevo à (maravilhosa) possibilidade de se construírem expressões infinitas a partir de um conjunto finito de caracteres. Trata-se da propriedade da infinitude discreta, que também se observa na descrição dos números naturais, a qual tem sido considerada, junto com a propriedade da recursividade, características distintivas da linguagem humana em relação às formas de comunicação animal.³

A aquisição da linguagem, em especial a aquisição da primeira língua pelas crianças constitui-se, nesse arcabouço, ao mesmo tempo, problema e evidência. Problema em termos da lacuna entre conhecimento adquirido e experiência, já diagnosticada por Platão e assim formulada por Chomsky: como a criança domina completamente uma língua em tão pouco tempo e a partir de uma exposição tão fragmentada e incompleta aos dados dessa língua? Essa lacuna, por sua vez, se apresenta como evidência para a postulação da hipótese do inatismo, que subjaz à tese de que há um componente da mente humana dedicado à linguagem – a faculdade da linguagem –, interagindo com outros sistemas mentais – como o sistema conceptual, por exemplo, para retomar a citação do início.

Como se vê, para além das questões filosóficas que circundam os estudos sobre esse tema, Chomsky sistematiza a discussão sobre os fundamentos biológicos da linguagem, não apenas definindo o campo de investigação da biolinguística, como também alertando para o caráter necessariamente interdisciplinar dessa área, que requer a combinação das descobertas linguísticas com as descobertas de disciplinas correlatas, tais como a biologia evolutiva, a genética, a neurociência, a psicologia.⁴

O autor também desenvolve uma proposta teórica sobre a implementação do conhecimento gramatical, considerando a hipótese da existência de uma gramática universal, que corresponde ao estado inicial da mente e é constituída de princípios universais e inatos e de parâmetros variáveis, a serem determinados no processo de aquisição da língua pela exposição aos dados linguísticos primários, resultando nas gramáticas particulares. Nesse sentido, a diversidade linguística encontrada no mundo é considerada em termos superficiais, sendo as línguas variações de um mesmo

³ HAUSER, Marc D.; CHOMSKY, Noam; FITCH, William Tecumseh. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? *Science* 22, v. 298, p. 1569-1579, 2002.

⁴ BOECKX, Cedric; GROHMANN, Kleantes. The biolinguistics manifesto. *Biolinguistics* 1, 2007, p. 001-008.

conjunto de propriedades iniciais. O conhecimento gramatical é representado por meio de mecanismos formais e tem tido importância, também, para outras áreas de investigação, como a ciência da informação, a computação e os estudos sobre inteligência artificial.

Um dos maiores méritos de Chomsky foi ter constituído, em torno dessa proposta teórica, uma rede de pesquisadores associados que, de forma colaborativa e num empreendimento coletivo, têm contribuído para o que Lobato⁵ caracterizou como um “avanço alucinante da compreensão dos fenômenos linguísticos na perspectiva do conhecimento gramatical internalizado”, além de ter se tornado “ponto de referência dentro de outros arcabouços” e de ter possibilitado a elaboração de outras teorias “subsidiárias de suas hipóteses sobre a estrutura linguística”. Ainda que não fosse essa a sua preocupação inicial, os postulados de Chomsky embasam, hoje em dia, uma série de trabalhos sobre o ensino de línguas, os quais consideram o conhecimento linguístico internalizado como aspecto essencial para o desenvolvimento de metodologias adequadas para uma verdadeira educação linguística.⁶

Nas palestras que ministrou na Universidade de Brasília em 1996 (publicadas em 1998, no livro prefaciado por Lobato), Chomsky remete à primeira revolução cognitiva e ao Iluminismo e ao liberalismo clássico, a Adam Smith, a Humboldt e a Rousseau, para mencionar que a vinculação entre linguagem e política é possível. Para aqueles pensadores, a ideia de que a natureza fundamental do homem é ser livre estava vinculada ao que se dizia sobre a linguagem e seu uso criativo, por exemplo.

O próprio Chomsky, embora se mostre cauteloso ao relacionar o seu trabalho em linguística com o seu posicionamento político, é reconhecido mundialmente pelas suas posições políticas de esquerda e pela sua crítica à política externa dos Estados Unidos. Ele se descreve como um socialista libertário, fazendo da sua militância política um exemplo de vida revolucionária em defesa dos oprimidos e explorados do mundo. Expôs as entranhas do capitalismo americano e mundial mostrando como sua existência gera selvageria e afronta a civilização humana.

Seja defendendo os palestinos em Gaza ou se posicionando contra a guerra do Iraque, Chomsky, de forma destemida, tem levantado sua voz para denunciar os desmandos dos governos americanos a serviço das grandes corporações. Sua crítica ao capitalismo, principalmente ao neoliberalismo, sedimenta sua proposta libertadora pela construção de um novo mundo. Tais ideais têm influenciado gerações e contribuído para o fortalecimento de movimentos libertários e socialistas em várias partes do planeta, de forma que, para além da sua grande contribuição à ciência, Chomsky se tornou uma importante referência política, principalmente para a juventude que carrega a rebeldia e o inconformismo contra o *status quo*.

A relação entre a investigação linguística e o trabalho político de Chomsky é inquestionável e se revela no enorme poder aglutinador que o leva a contribuir, de um lado, para a evolução do conhecimento sobre a natureza humana, em termos das propriedades da mente/cérebro e, de outro lado, para a evolução das condições efetivas de vida, por meio de uma preocupação integral com o homem.

⁵ LOBATO, Lucia. Prefácio. In: CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente*. Pensamentos atuais sobre antigos problemas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

⁶ PILATI, Eloisa; NAVES, Rozana; VICENTE, Helena; SALLES, Heloisa. Educação linguística e ensino de gramática na educação básica. *Linguagem & Ensino*, v. 14, n. 2, p. 395-425, 2011.

“ [...] Chomsky pode ser considerado um verdadeiro intelectual orgânico nos termos de Gramsci, opondo-se àquela figura prototípica do pesquisador ensimesmado na elaboração e no desenvolvimento das teorias que lhe são afetas [...]”

Não por acaso, em ensaio intitulado “Writers and intellectual responsibility”, o autor considera que deve fazer parte da natureza de qualquer bom professor, escritor ou intelectual não falar para, mas falar com “uma audiência que interessa, a qual não deve ser vista como uma audiência, mas como uma comunidade de interesse comum em que se espera participar de forma construtiva”.⁷

Nesse sentido é que Chomsky pode ser considerado um verdadeiro intelectual orgânico, nos termos de Gramsci, opondo-se àquela figura prototípica do pesquisador ensimesmado na elaboração e no desenvolvimento das teorias que lhe são afetas e lançando-se, de forma ousada e irreversível, à atuação efetiva na construção de uma nova cultura social, de uma nova visão do mundo, de novos paradigmas da ciência.

⁷ CHOMSKY, Noam. *Powers and prospects: reflections on human nature and the social order*. Boston: South End Press, 1996.

EDITORA

UnB

UnB 
CIÊNCIA E OUSADIA 